



Relatório de Sustentabilidade





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho
Presidente do TJMG

Desembargador Alberto Vilas Boas Vieira de Sousa
1º Vice-Presidente

Desembargador Renato Luís Dresch
2º Vice-Presidente

Desembargadora Ana Paula Nannetti Caixeta
3ª Vice-Presidente

Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior
Corregedor-Geral de Justiça



COMISSÃO GESTORA DO PLS

Desembargadora Mônica Libânio Rocha Bretas
Superintendente de Logística e Sustentabilidade

Desembargador Wanderley Salgado de Paiva
Superintendente-Adjunto de Logística e Sustentabilidade

Marcela Maria Pereira Amaral Novais
Juíza Auxiliar da Presidência e Coordenadora da Comissão Gestora do PLS

Marcus Vinicius Mendes do Valle
Juiz Auxiliar da Terceira Vice-Presidência

Raquel Gomes Barbosa
Juíza Auxiliar da Presidência

COMISSÃO GESTORA DO PLS

Bruna Eduarda Medeiros de Sousa - SEPLAN;

Catarina Dias de Abreu Mendes Mafra – DEARHU;

Daniela Fernanda da Silva Castro Santos - DIRGED;

Guilherme Augusto Mendes do Valle - SEGOVE;

Mauro Marques - SEPAD;

Newton Magalhães de Pádua Junior - DENGEP;

Selmara Alves Fernandes, do Centro de Sustentabilidade - CESUS.

Tatiana Cristina Mendes Hanum - DIRFOR;

Thiago Kamon Macedo Monteiro de Castro Hyodo – DIRDEP

SUMÁRIO

- 1 - Palavra do Presidente
- 2 - Mensagem dos Superintendentes e da Coordenadora da Comissão Gestora do PLS
- 3 - Apresentação
- 4 - Indicadores
 - 4.1. Papel
 - 4.2. Copos descartáveis
 - 4.3. Água envasada em embalagem plástica
 - 4.4. Impressão
 - 4.5. Energia elétrica
 - 4.6. Água e Esgoto
 - 4.7. Gestão de resíduos
 - 4.8. Reformas e Construções
 - 4.9. Limpeza
 - 4.10. Vigilância
 - 4.11. Telefonia
 - 4.12. Veículos
 - 4.13. Combustível
 - 4.14. Apoio ao serviço administrativo
 - 4.15. Aquisições e Contratações
 - 4.16. Qualidade de vida
 - 4.17. Capacitação em sustentabilidade
- 5 - Mensagem final

1 – PALAVRA DO PRESIDENTE



Há algum tempo, diante do cenário de transição e instabilidade socioeconômica experimentado pela comunidade global, muitos filósofos e estudiosos começaram a colocar em pauta reflexões que relacionavam economia, sociedade e meio ambiente. Nesse passo, emergiu a noção de desenvolvimento sustentável, termo de influência anglo-saxônica (sustainable development) utilizado primeiramente pela União Internacional pela Conservação da Natureza, que, a despeito de empírica significação que a relaciona restritivamente a aspectos ambientais e ecológicos, alberga um conceito muito amplo.

A expressão se alia a um padrão normativo baseado na eficiência econômica conjuntamente com eficiência social e ambiental, objetivando atender às necessidades e aos anseios da população atual, sem desconsiderar os das gerações futuras, razão pela qual é seguro afirmar, nas palavras de Roberto Guimarães, que é “impossível encontrar um só ator social de importância contrário ao desenvolvimento sustentável.”¹

¹ GUIMARÃES, Roberto P. Modernidad, medio ambiente y etica: un nuevo paradigma de desarrollo. *Ambiente & Sociedade*. n. 2, ano I, 1. Sem. 98, p. 5-24.

1 – PALAVRA DO PRESIDENTE

Neste contexto, na Conferência Mundial sobre a Conservação e o Desenvolvimento, ocorrido em Ottawa, no Canadá, em 1986, estabeleceu-se os princípios que deveriam reger as sociedades: (i) integrar conservação da natureza e desenvolvimento; (ii) satisfazer as necessidades humanas fundamentais; (iii) perseguir equidade e justiça social; (iv) buscar autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural; e, por fim (v) manter a integridade ecológica.

Assim sendo, assistiu-se, nos últimos anos, a uma virada paradigmática na participação das instituições sociais na incorporação dos princípios, ferramentas e ações voltadas à sustentabilidade, especialmente porque as “instituições são feitas por pessoas, e, afinal são as pessoas que devem ser vistas como tendo deveres morais de promover capacidades humanas”, sendo “os deveres como relativos, derivativamente, às estruturais institucionais”.²

O Poder Judiciário mineiro está integrado a essa nova realidade e vem fortalecendo ações voltadas às questões sociais. Neste sentido, o TJMG se baseia na Resolução nº 400, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a política de sustentabilidade estabelecendo que “os órgãos de Poder Judiciário devem adotar modelos de gestão organizacional com processos estruturados que promovam a sustentabilidade, com base em ações ambientalmente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável”.

² NUSSBAUM, Martha C. Fronteiras da justiça: deficiência, nacionalidade, pertencimento à espécie. São Paulo: Martins Fontes, 2013. p. 378.

1 – PALAVRA DO PRESIDENTE

Portanto, o TJMG está atento a sustentabilidade, voltando-se para suas questões internas e externas, considerando as rotinas e fluxos organizacionais, contratações, gestão de resíduos, dentre outras ações. Para tanto, em 22 de abril de 2022, o TJMG editou a Portaria 5.553/PR/2022, que dispõe sobre o Plano de Logística Sustentável (PLS), para o ciclo 2021-2026, integrando-o, ainda, ao seu Plano Estratégico.

Com base nos princípios supramencionados com as delimitações que imperam no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, no ano de 2023, está Egrégia Corte deu continuidade à execução do seu Plano de Logística Sustentável (PLS). O documento reúne ferramentas de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação, que permitiram estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos.

Os resultados apresentados nas próximas páginas demonstram não somente como o Judiciário mineiro - vislumbrando um futuro economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto - permanece diuturnamente trabalhando para a implantar e assegurar hábitos de consumo consciente, mas também para consolidar seu papel fundamental e sua contribuição significativa para os ideais de desenvolvimento sustentável.

Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho
Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais

2 – MENSAGEM DOS SUPERINTENDENTES E DA COORDENADORA DA COMISSÃO GESTORA DO PLS



2 – MENSAGEM DOS SUPERINTENDENTES E DA COORDENADORA DA COMISSÃO GESTORA DO PLS

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento sustentável é mais do que a abertura para o futuro e perpetuação da espécie humana e animal, mas também a busca por uma sociedade mais sustentável, pacífica e equânime, nas palavras do renomado ativista Veyzon Campos Muniz, tem-se que *"Desenvolvimento sustentável não é uma bandeira ideológica, é um direito humano."*

Não se descurando de seu papel social, percebeu-se a necessidade do poder público nacional de debater e se comprometer com as questões sustentáveis dentro do novo quadro histórico da sociedade e, por isso, o Poder Judiciário brasileiro passou a preocupar-se com políticas públicas na área socioambiental, especialmente após a publicação do primeiro ato normativo elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 22 de maio de 2007, onde foi orientado aos Tribunais do país a adotarem políticas públicas que visassem à formação e recuperação de um ambiente ecologicamente equilibrado, além de promover a educação ambiental do seu quadro funcional e dos jurisdicionados sobre a necessidade de efetiva proteção ao meio ambiente.

Com o decurso do tempo, outros padrões normativos foram sendo inseridos dentro da realidade dos órgãos judicantes, ganhando destaque as Resoluções do CNJ nº 201, de 03 de março de 2015, que dispôs sobre a criação e competências das unidades ou núcleos socioambientais nos órgãos e conselhos do Poder Judiciário e implantação do respectivo Plano de Logística Sustentável; nº 347, de 13 de outubro de 2020, que instituiu o Plano de



2 – MENSAGEM DOS SUPERINTENDENTES E DA COORDENADORA DA COMISSÃO GESTORA DO PLS

Logística Sustentável (PLS) como um instrumento de governança em contratações públicas do Poder Judiciário; e nº 400, de 16 de junho de 2021, que dispôs sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

O Plano de Logística Sustentável no Poder Judiciário, material a ser apresentado nas próximas páginas, visa à promoção do desenvolvimento sustentável em vários aspectos, sendo instrumento vinculado ao planejamento estratégico, em que trata, de forma específica, das ações de sustentabilidade, metas, prazos, avaliação de resultados e formas de monitoramento.

Afora isso, é oportuno mencionar que a questão ambiental não diz respeito apenas à proteção e conservação dos recursos naturais, pois bem apontou o conspícuo economista francês Ignacy Sachs³ que existem oito tipos de sustentabilidade, quais sejam, social, econômica, ecológica, espacial, territorial, cultural, política nacional e política internacional, para apresentar as dimensões do que denomina ecodesenvolvimento.

A partir dessa compreensão, entende-se que a reunião dos dados anuais oriundos do desempenho de cada plano de ação previsto no PLS, comparando-os ano a ano, a oitiva daqueles diretamente envolvidos na execução das atividades planejadas, das dificuldades encontradas e, a partir disso, a proposição de ações para os desafios descobertos, embasando-se em inovações organizacionais e tecnológicas, pode não só auxiliar a construção do próximo PLS e na sensibilização do corpo funcional, pois como pontua

³ SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond. 2002.

2 – MENSAGEM DOS SUPERINTENDENTES E DA COORDENADORA DA COMISSÃO GESTORA DO PLS

Alexandre Hüller, “são as ações que realmente transformam o ambiente, e não apenas as propostas e ideias, que estão disponíveis aos montes há muito tempo e de conhecimento de praticamente todas as pessoas”⁴, mas também contribuir para a projeção do TJMG no seu importante papel como ator social, capaz de influenciar seu corpo funcional, advogados, membros do Ministério Público, Defensoria Pública, fornecedores, jurisdicionados e a sociedade para que juntos possam contribuir para a transformação socioambiental da comunidade brasileira.

O presente relatório é, por fim, uma forma de evidenciar a consolidação dos resultados alcançados e reafirmar o papel reivindicado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais de tomar decisões que impactam o futuro da sociedade e do planeta.

***Desembargadora Mônica Libânio Rocha Bretas
Superintendente de Logística e Sustentabilidade***

***Wanderley Salgado de Paiva
Superintendente Adjunto de Logística e Sustentabilidade***

***Marcela Maria Pereira Amaral Novais
Juíza Auxiliar Coordenadora da Comissão Gestora do PLS***

⁴ HÜLLER, Alexandre. A educação ambiental em órgãos públicos municipais através da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) como uma nova ferramenta de gestão. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental da FURG*, Porto Alegre, n. 25, p. 385-399, jul./dez. 2010. p. 389.

3- APRESENTAÇÃO

O Plano de Logística Sustentável (PLS) é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Poder Judiciário e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidas.

O PLS é constituído de indicadores, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados. Assim, o documento permite estabelecer e acompanhar, periodicamente, racionalização e qualidade, que objetivam uma melhor eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, além de uma maior observância da responsabilidade socioambiental, considerando uma visão sistêmica do órgão.

A partir dos mecanismos de monitoramento e avaliação periódicos estabelecidos, é possível analisar e readequar ações, a fim de se alcançarem os resultados pretendidos. Um desses mecanismos é o presente Relatório de Desempenho Anual do PLS, que demonstra o balanço dos resultados referentes ao ano de 2023, conforme os indicadores apresentados adiante.



4 – EVOLUÇÃO DO DESEMPENHO DOS INDICADORES

A análise dos resultados do Plano de Logística Sustentável do ano de 2023 evidencia, por meio de dados quantitativos, as iniciativas socioambientais das diversas áreas deste Tribunal.

Destaca-se o comprometimento com as diretrizes institucionais externas para a sustentabilidade, sendo o PLS alinhado tanto ao planejamento estratégico do TJMG quanto aos indicadores de desempenho estipulados pela Resolução nº 400/2021 do CNJ.

Observa-se que diante do cenário pandêmico do Covid-19, que causou impactos em diversos segmentos deste TJMG, o ano base considerado por este Tribunal é 2019.



4.1 PAPEL

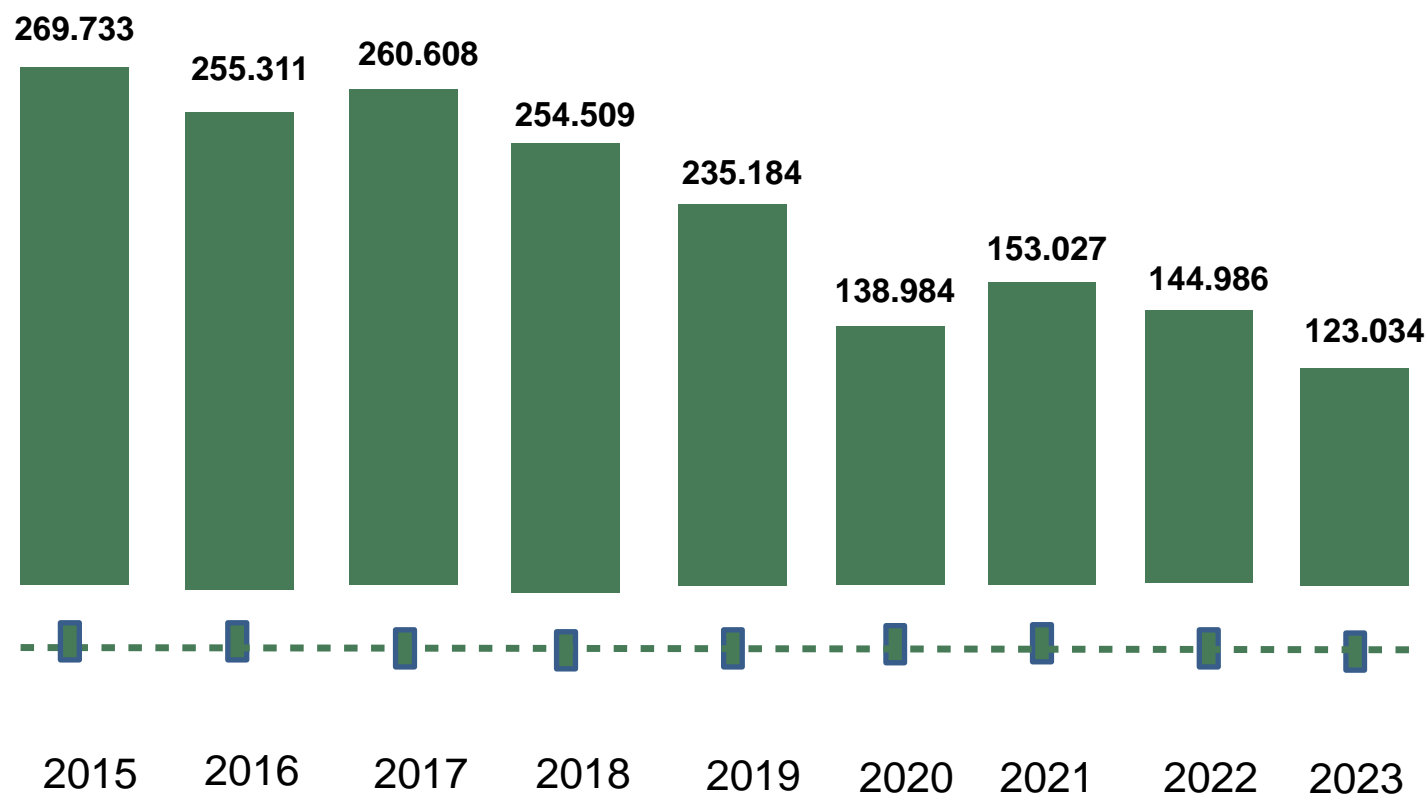


Consumo de papel

Meta
2021 -2026

Reduzir em 6% o consumo de papel A4 até 2026, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir em 3% o consumo.



4.1 PAPEL



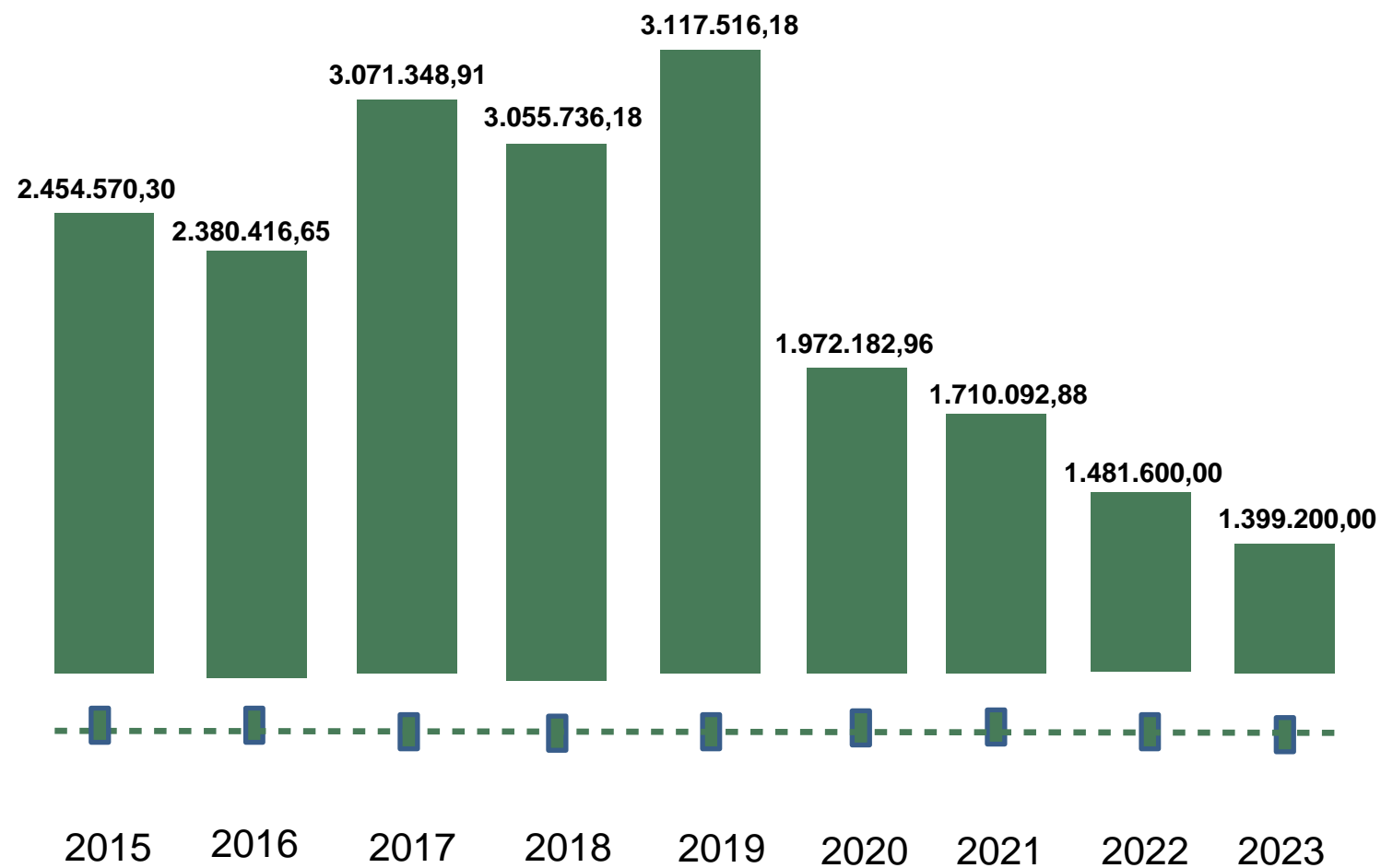
Gasto com papel

Meta

2021 -2026

Reduzir em 6% o gasto de papel A4 até 2026, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir em 3% o gasto.



4.1 - PAPEL

A meta 2021-2026 é reduzir em 6% o consumo de papel até 2026, em relação ao ano anterior, ou seja, redução acumulada de 6% até 2026. Isso significa que a meta para o ano de 2023 era reduzir o consumo em 3%.

Analisando os dados, observamos que em 2023 houve uma redução de 21.952 resmas em relação a 2022. Essa redução foi maior que a meta estabelecida, resultando em uma diminuição de 15,10%.

Em relação ao gasto com papel A4, a meta até 2026 também é reduzir em 6% o gasto com papel. Para 2023, a meta projetada era de reduzir em 3%, em relação ao ano anterior, foi devidamente alcançada, com uma redução de 5,60%.

Esclarecemos que durante o ano de 2023, houve apenas duas compras de resmas de papel nos meses de setembro e outubro.

4.1 - PAPEL

No mês de setembro, O TJMG, por meio da parceria entre o Centro de Sustentabilidade - CESUS e a Diretoria Executiva da Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio – DIRSEP, começou a distribuir pastas recicladas para as comarcas da capital e do interior do Estado, de 1ª e 2ª instâncias. Esta é mais uma prática do TJMG visando à sustentabilidade e economia.

As pastas canguru são produzidas a partir do reaproveitamento de materiais disponíveis no Tribunal, como cartolina e laminação, diminuindo gastos com papel e novos custos com produção de material em gráfica externa.

A ideia surgiu a partir de uma demanda do TJMG e da avaliação de que os materiais comprados para fins de impressão estavam subaproveitados, em função, dentre outros pontos, da informatização dos processos. Anteriormente, eram compradas pastas canguru para cursos e eventos, que agora são confeccionadas com material e mão de obra já existentes no tribunal, gerando economia e evitando o desperdício.



4.2 COPOS DESCARTÁVEIS



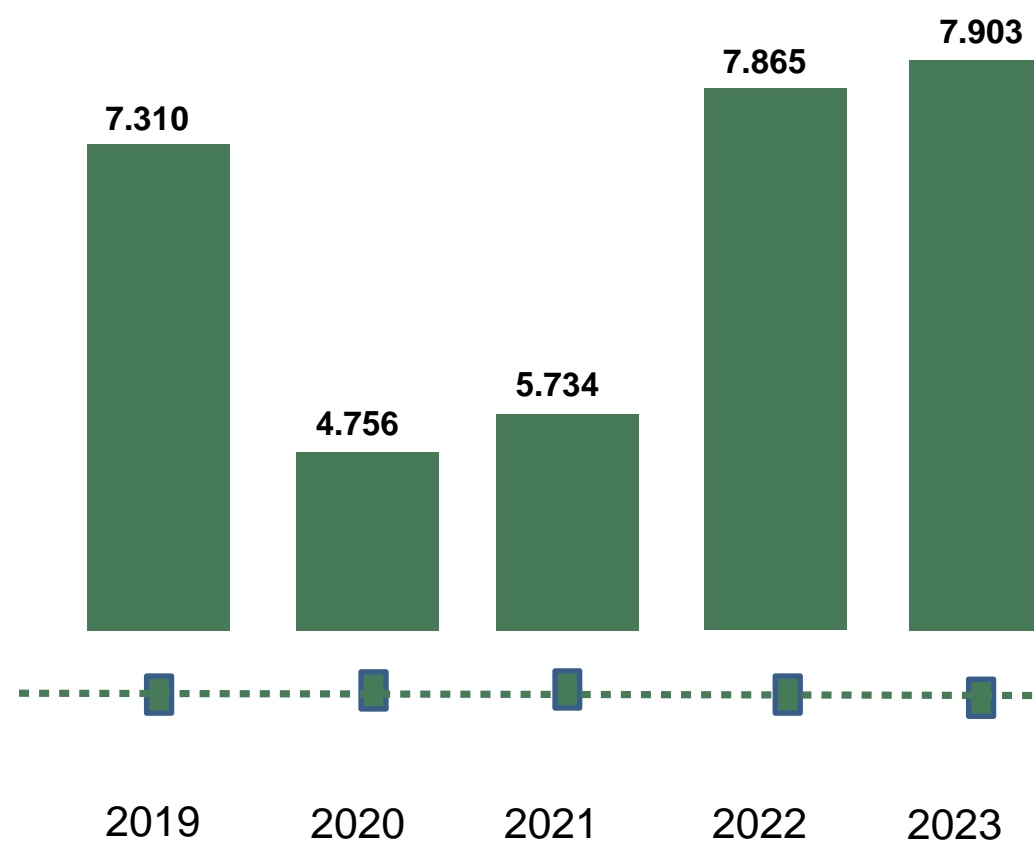
Consumo de copos descartáveis

Meta

2021 -2026

Manter o consumo de copos descartáveis, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Manter o consumo de copos descartáveis.



4.2 COPOS DESCARTÁVEIS



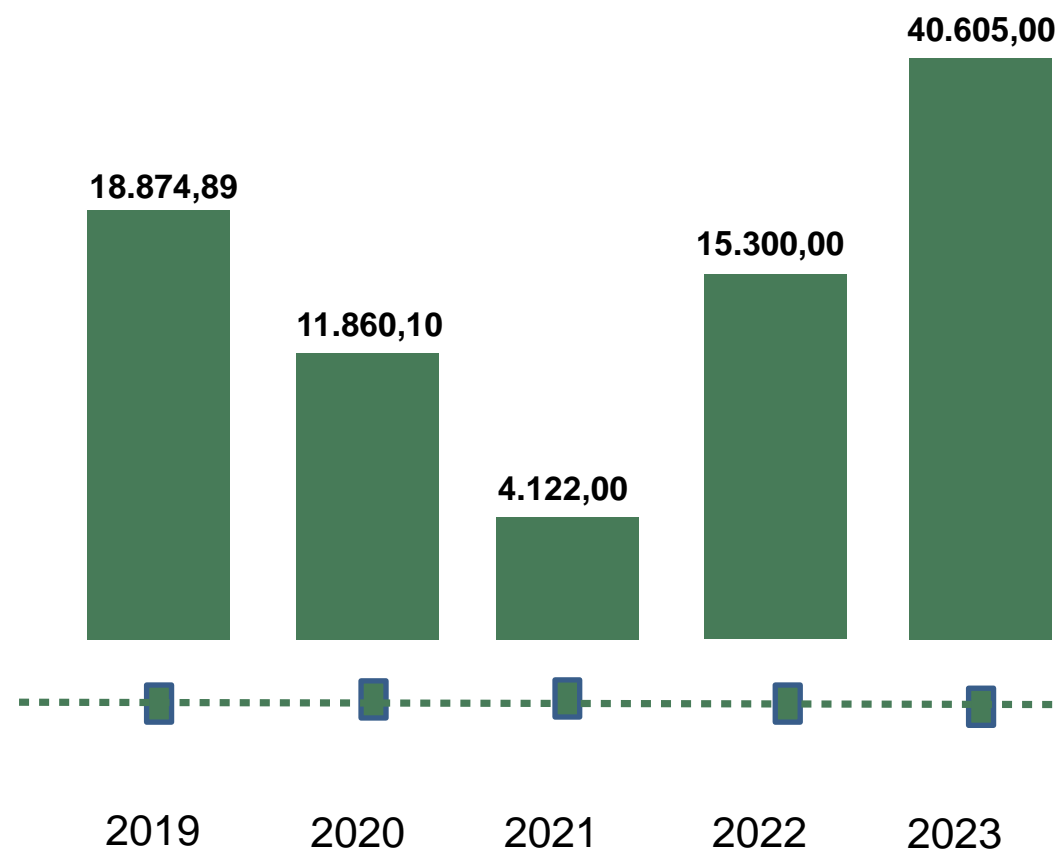
Gasto com copos descartáveis

Meta

2021 -2026

Manter o gasto com copos descartáveis, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Manter o gasto com copos descartáveis.



4.2 – COPOS DESCARTÁVEIS

As metas referentes a copos descartáveis, para o ano de 2023, são manter o consumo e manter o gasto, em relação ao ano-base, 2019.

Em 2022, o consumo de copos foi de 7.865 e em 2023, foi de 7.903, uma diferença de 38 pacotes com 100 copos, o que representa 0,1% de acréscimo, que se deve ao fato de que o consumo é variável em relação à época do ano (no verão, o consumo é maior que no inverno). Com a retomada integral das atividades, no pós pandemia de Covid-19 e considerando as normas de higiene e segurança sanitária, o uso de copos descartáveis minimiza o risco de contaminação. Ao adotar essa prática, estamos priorizando a saúde e o bem-estar de todos os envolvidos, contribuindo para a prevenção da propagação de doenças.

Em relação ao gasto com copos descartáveis, ressalta-se que ocorreu apenas uma compra no mês de abril/2023 para atender a solicitação anual dos setores que necessitam e realizam atendimento ao público. Com a retomada integral das atividades no pós pandemia o número de atendimento ao público interno e externo aumentou, bem como ocorreu aumento no número das capacitações presenciais ofertadas pela Casa.

4.3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA



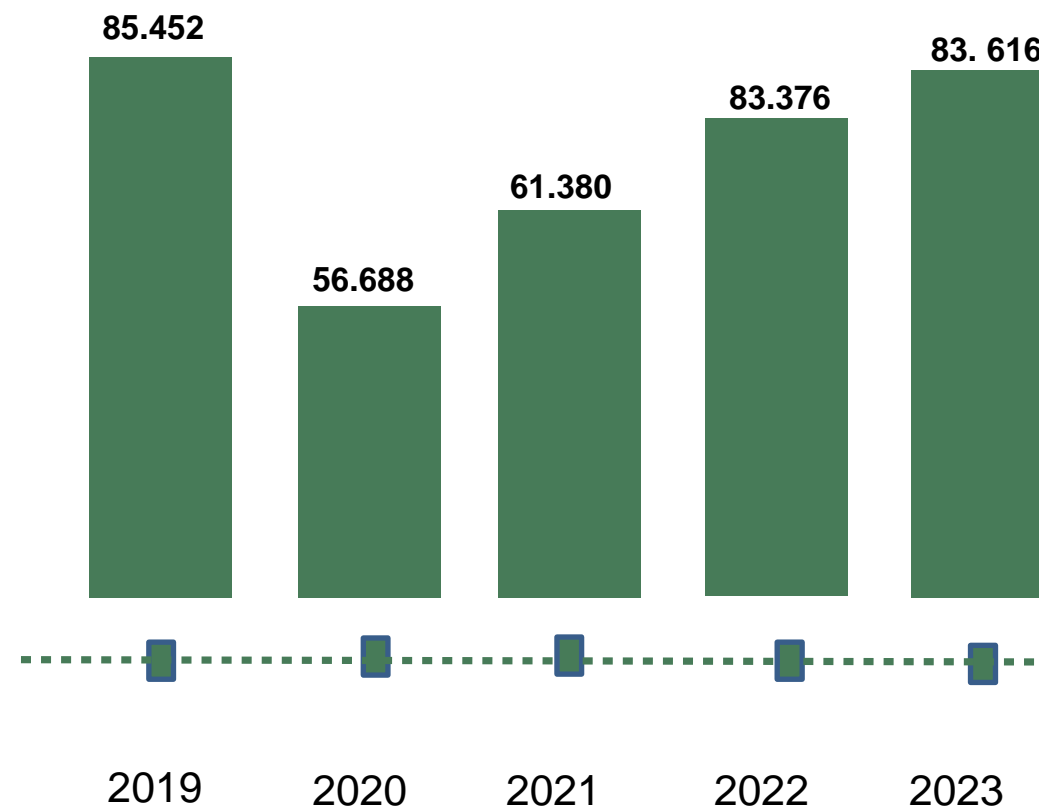
Consumo de embalagens descartáveis para água mineral

Meta

2021 -2026

Reduzir em 6% o consumo de embalagens descartáveis para água mineral até 2026, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Reduzir em 3% o consumo.



4.3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA



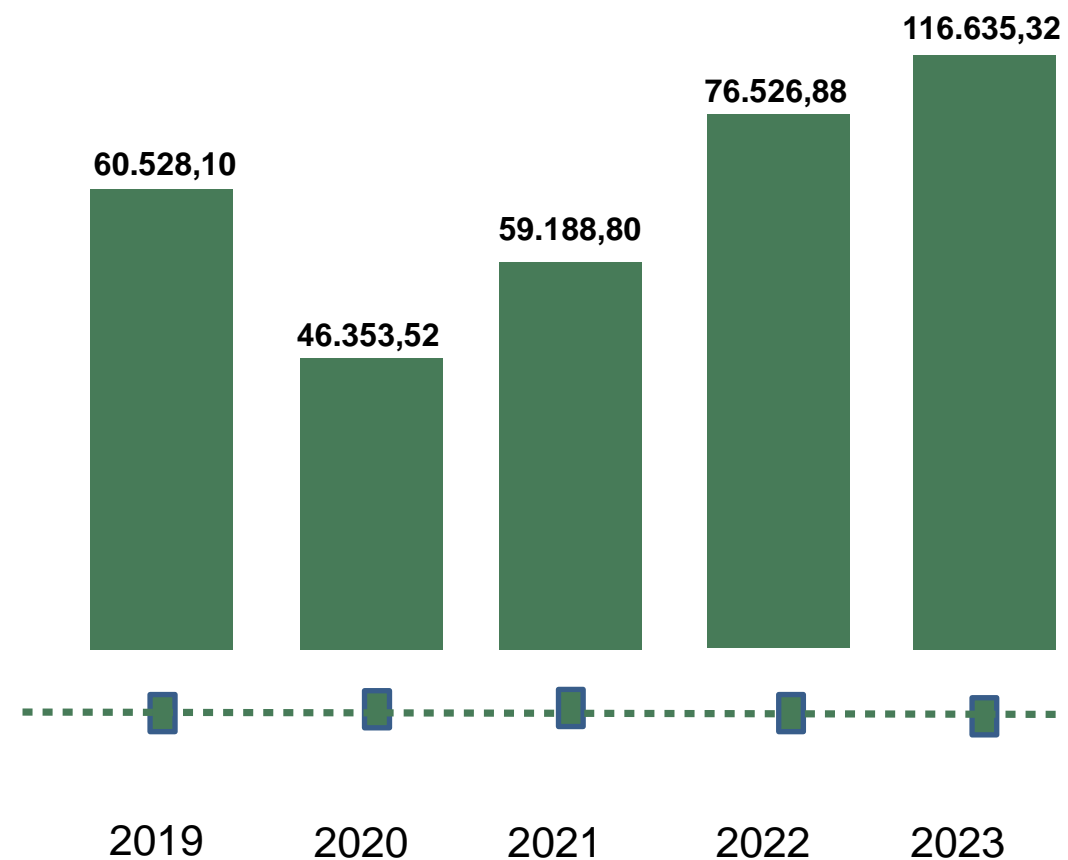
Gasto com água mineral em embalagens descartáveis

Meta

2021 -2026

Reduzir em 6% o gasto com água mineral em embalagens descartáveis até 2026, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Reduzir em 3% o gasto.



4.3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA



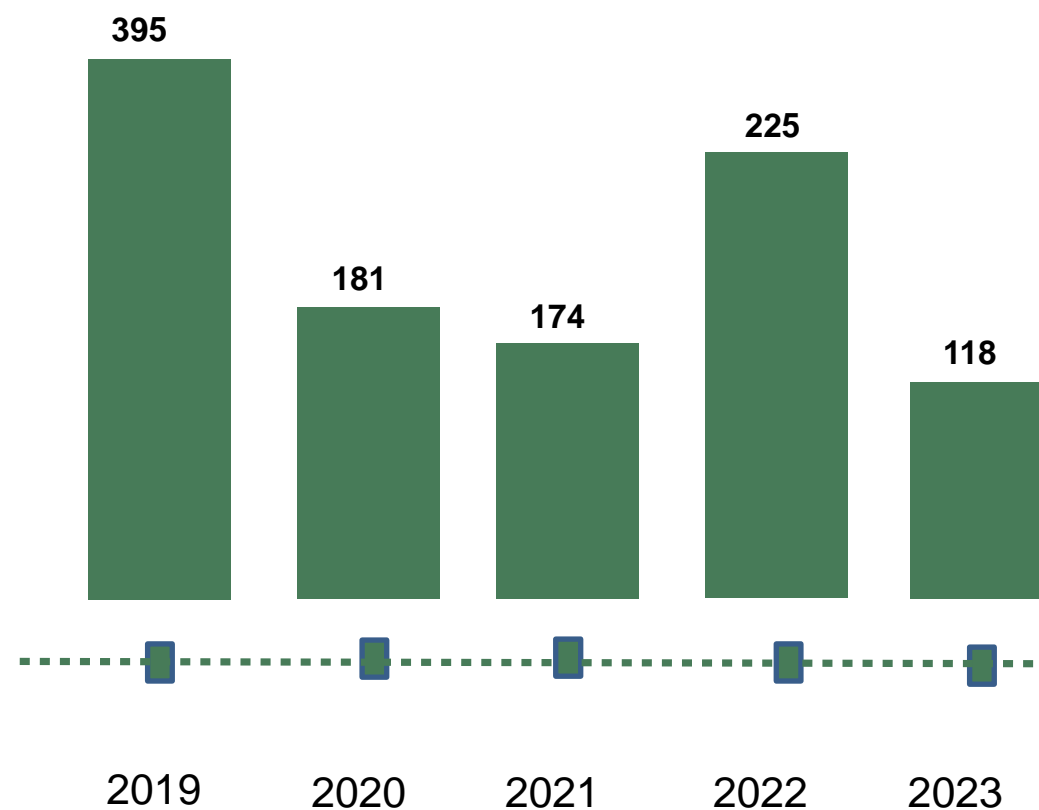
Consumo de embalagens retornáveis para água mineral

Meta

2021 -2026

Reduzir em 6% o consumo de embalagens retornáveis para água mineral até 2026, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Reduzir em 3% o consumo.



4.3 ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA



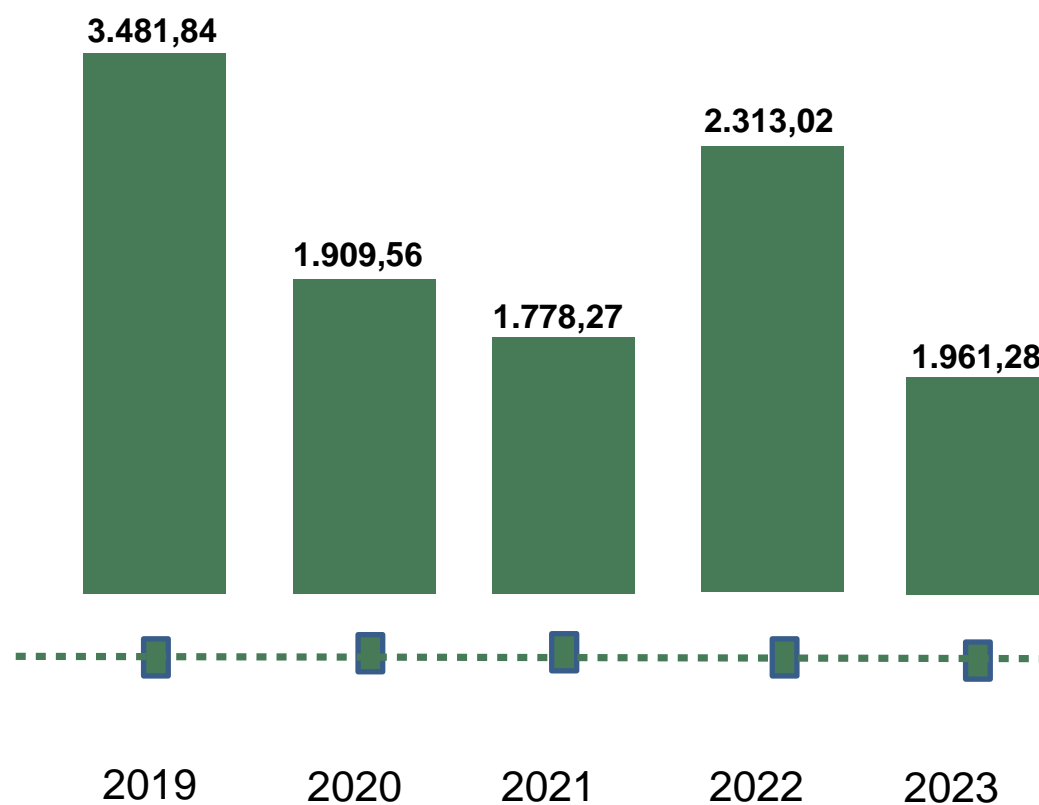
Gasto com água mineral em embalagens retornáveis

Meta

2021 -2026

Reduzir em 6% o gasto com água mineral em embalagens retornáveis até 2026, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Reduzir em 3% o gasto.



4.3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

A meta para consumo de embalagens descartáveis, bem como para o consumo de embalagens retornáveis para água mineral é reduzir em 3% o consumo, em relação ao ano-base, 2019. Essa meta quase foi atingida em relação as embalagens descartáveis. Houve uma redução de 2,10% e 70,10% respectivamente.

Em relação ao gasto, a meta projetada para água mineral em embalagens descartáveis não foi atingida. O TJMG sediou o VI Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre) e devido a esse Encontro, o número de embalagens descartáveis sofreu um pequeno aumento e conseqüentemente um aumento no gasto.

Quanto à água mineral em embalagens retornáveis, a meta foi atingida tanto para o consumo quanto para o gasto. Ocorreu uma redução de 70,10% e 43,10% respectivamente.

Ressalta-se que o modelo de bebedouro que utiliza galão de água retornável, não faz mais parte do catálogo de fornecimento de suprimentos deste TJMG. Atualmente, apenas a unidade Pai-PJ utiliza esse modelo de bebedouro. Esclarecemos que foi realizado estudo, pela área competente, para avaliar a viabilidade de substituição desse modelo por bebedouros elétricos visando o encerramento de fornecimento desses galões de água mineral envasada.

4.3 – ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA

Após avaliação constatou-se a possibilidade de instalação de bebedouro elétrico na unidade, porém em apenas um local específico, no qual não atendia as necessidades de funcionamento daquela unidade. Diante disso, até o momento, optou-se pela manutenção do fornecimento dos galões de água envasada nessa unidade específica.

Além disso, visando atender as diretrizes da Resolução do CNJ, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, este Centro de Sustentabilidade realizou um estudo sobre as alternativas de substituição das embalagens plásticas por opções mais ecológicas e sugerimos a verificação, pela área executora, a implementação de um projeto-piloto de substituição de água mineral envasada em garrafa pet por água mineral em garrafas de vidro. No entanto, a área responsável nos sinalizou que devido ao alto custo das garrafas de vidro, nos foi sugerido a não substituição das garrafas plásticas no momento. Em momento oportuno novo estudo será realizado para a viabilidade de implementação do projeto.

4.4 IMPRESSÃO



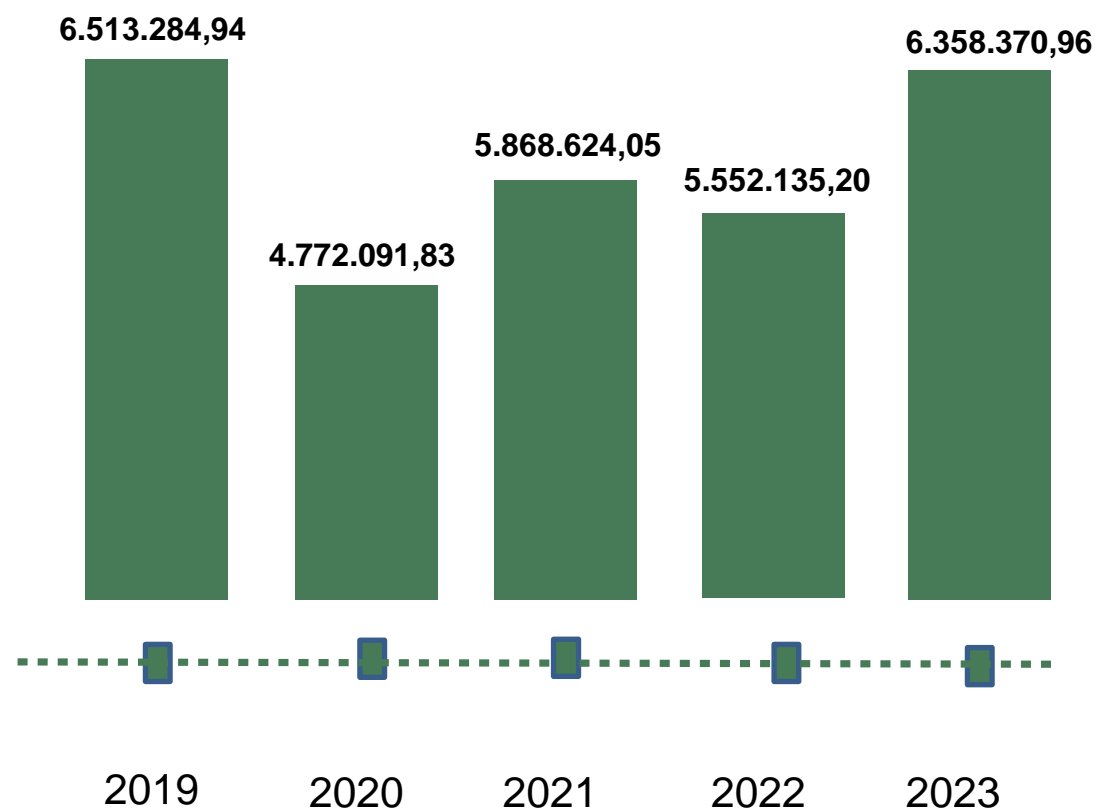
Gasto com contratos de terceirização de impressão

Meta

2021 -2026

Reduzir em 5%, ao ano, o custo variável de impressão.

Meta 2023: Reduzir em 5% o custo variável de impressão.



4.4 IMPRESSÃO



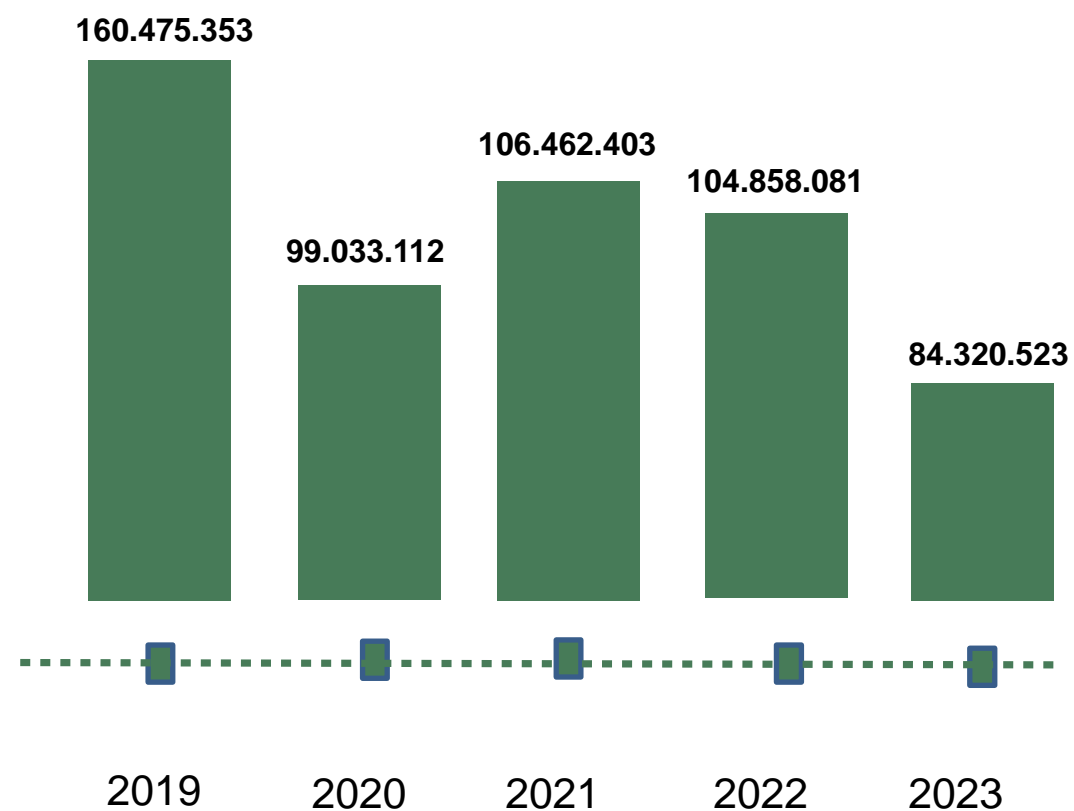
Quantidade de impressões

Meta

2021 -2026

Manter a quantidade de impressões, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Manter a quantidade de impressões.



4.4 IMPRESSÃO



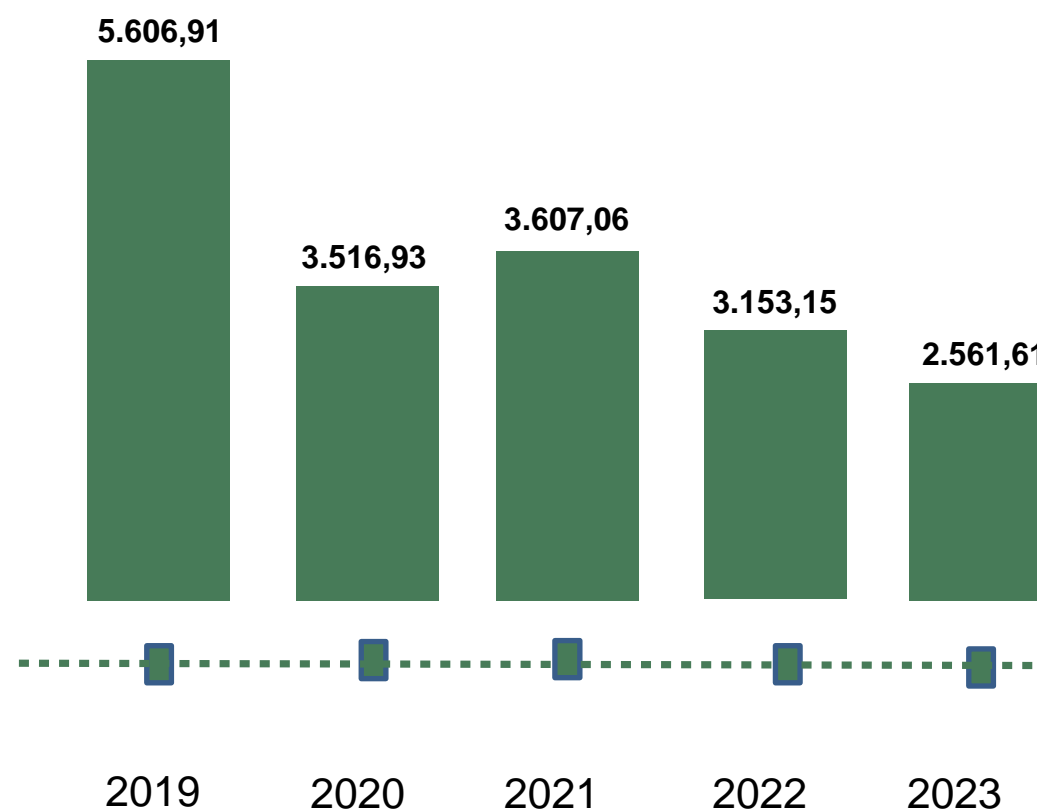
Quantidade de impressões per capita

Meta

2021 -2026

Reduzir em 1% a quantidade de impressões, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir em 1% a quantidade de impressões.



4.4 - IMPRESSÃO

Em relação a gasto com contratos de terceirização de impressão a meta é reduzir 5%, ao ano, o custo variável de impressão. Conforme observado acima a meta não foi atingida. **Ressalta-se que esses valores são parciais.**

Em decorrência da substituição do contrato de impressão, foram acrescentado nos meses de agosto, setembro e outubro valores referente a volumetria e despesa orçamentária do contrato nº 074/2023 firmado com a empresa CTIS Tecnologia Ltda. Esclarecemos ainda que até o momento a contratada não realizou a liberação dos faturamentos dos meses de novembro e dezembro deste referido contrato.

Em relação ao contrato nº 120/2018 AMC Informática Ltda, que findou-se em 26/12/2023, ainda não houve a liberação do faturamento do mês de dezembro, uma vez que é necessário primeiramente realizar todo o recolhimento dos equipamentos do parque de impressões TJMG, assim como os contadores físicos de cada equipamento. Dessa forma, até o momento, não é possível informar os valores da volumetria e despesa orçamentária do mês de dezembro.

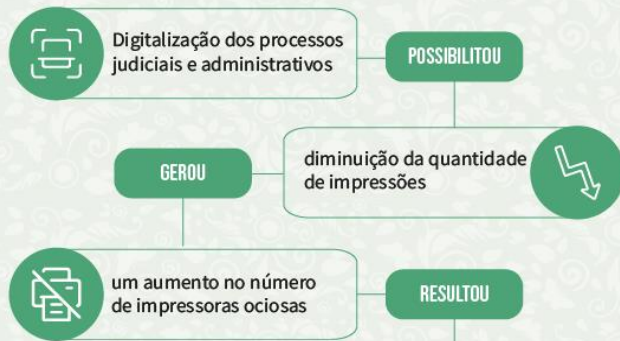
Cumpramos informar que em fevereiro de 2023 foi publicada a Portaria Conjunta nº 1438/PR/2023 que dispõe sobre os procedimentos de utilização, requisição, distribuição de impressoras e sobre o gerenciamento dos serviços de impressão no TJMG. Além disso, após a disponibilização dessa Portaria foi iniciada a campanha de readequação, redução e otimização das impressoras do parque de impressões das edificações deste TJMG.

4.4 - IMPRESSÃO



VOCÊ SABIA QUE A PORTARIA CONJUNTA 1.438/2023 PREVÊ A QUANTIDADE ADEQUADA DE IMPRESSORAS EM CADA SETOR DO TRIBUNAL?

COMO ISSO FOI FEITO? Baseado em estudos realizados pela DIRFOR com apoio do PLS, considerando-se o seguinte cenário:



Na necessidade de otimizar a quantidade de impressoras existentes no TJMG. Com isso, determinou-se que as impressoras deverão ser distribuídas em **quantidade mínimas e suficientes** para atender as demandas de trabalho dos setores, priorizando o **compartilhamento de recursos**. Dessa forma, se seu setor possui uma ou mais impressoras que estejam sendo subutilizadas (de acordo com o relatório mensal de impressões), é possível que elas sejam recolhidas em breve pela DIRFOR.

QUER SABER MAIS? ACESSE O INFORME

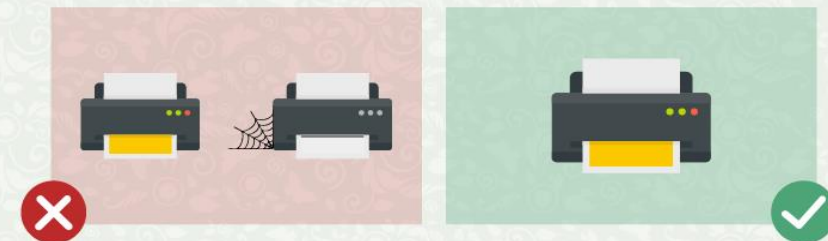


DIRCOM / TJMG

DIRCOM / TJMG

A Portaria Conjunta 1.438/2023 prevê a quantidade adequada de impressoras em cada setor do Tribunal.

Esse número é o resultado da análise do volume de impressões de cada equipamento e da quantidade de usuários por impressora. Também levou em consideração o contexto atual, com a digitalização de processos, o que resultou na diminuição da necessidade de impressão de documentos.



Com isso, chegou-se à conclusão de que **é possível e necessária a redução do número de impressoras no TJMG**.

Se seu setor possui uma ou mais impressoras que estejam sendo subutilizadas (de acordo com o relatório mensal de impressões), é possível que elas sejam recolhidas em breve pela DIRFOR.

Converse com sua equipe, explique que o recolhimento não prejudicará o fluxo e o bom andamento do trabalho.

QUER SABER MAIS? ACESSE O INFORME



4.5 ENERGIA ELÉTRICA



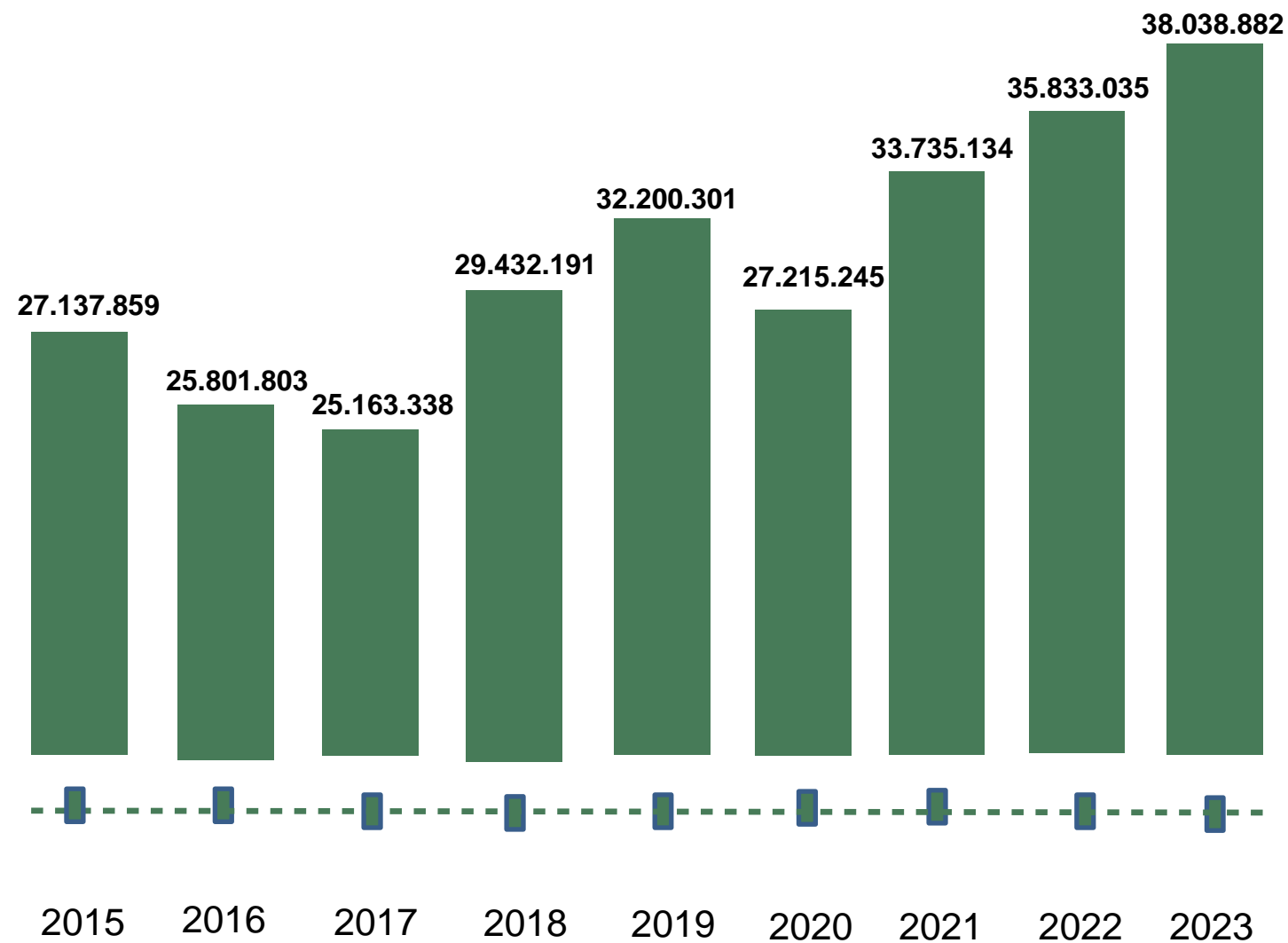
Consumo de energia elétrica

Meta

2021 -2026

Manter a quantidade de Kwh consumidos até 2026, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Manter a quantidade de Kwh consumidos.



4.5 ENERGIA ELÉTRICA



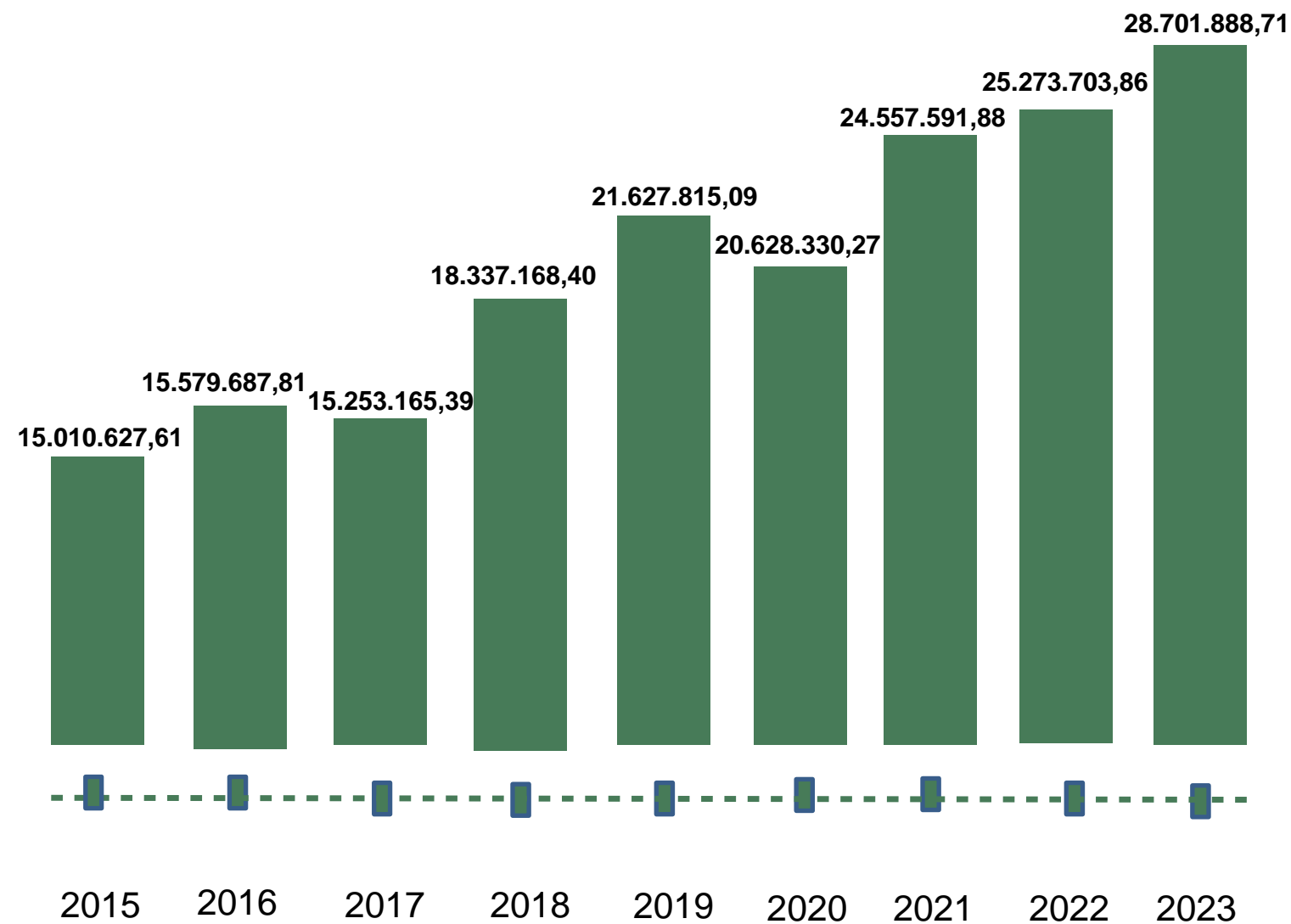
Gasto com energia elétrica

Meta

2021 -2026

Reduzir em 1% os valores das faturas de energia, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o gasto em 1%.



4.5 ENERGIA ELÉTRICA



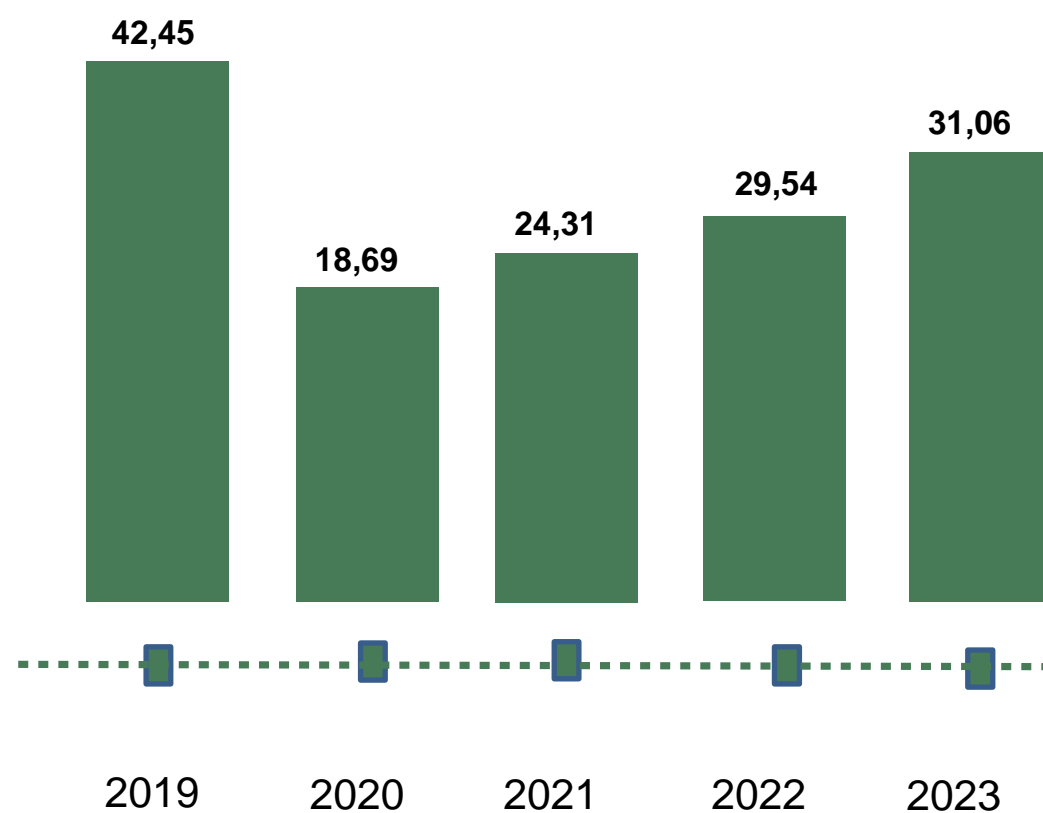
Consumo relativo de energia elétrica

Meta

2021 -2026

Manter a quantidade de Kwh consumidos em proporção ao total da área construída até 2026, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Manter a quantidade de Kwh consumidos em proporção ao total da área construída.



4.5 ENERGIA ELÉTRICA



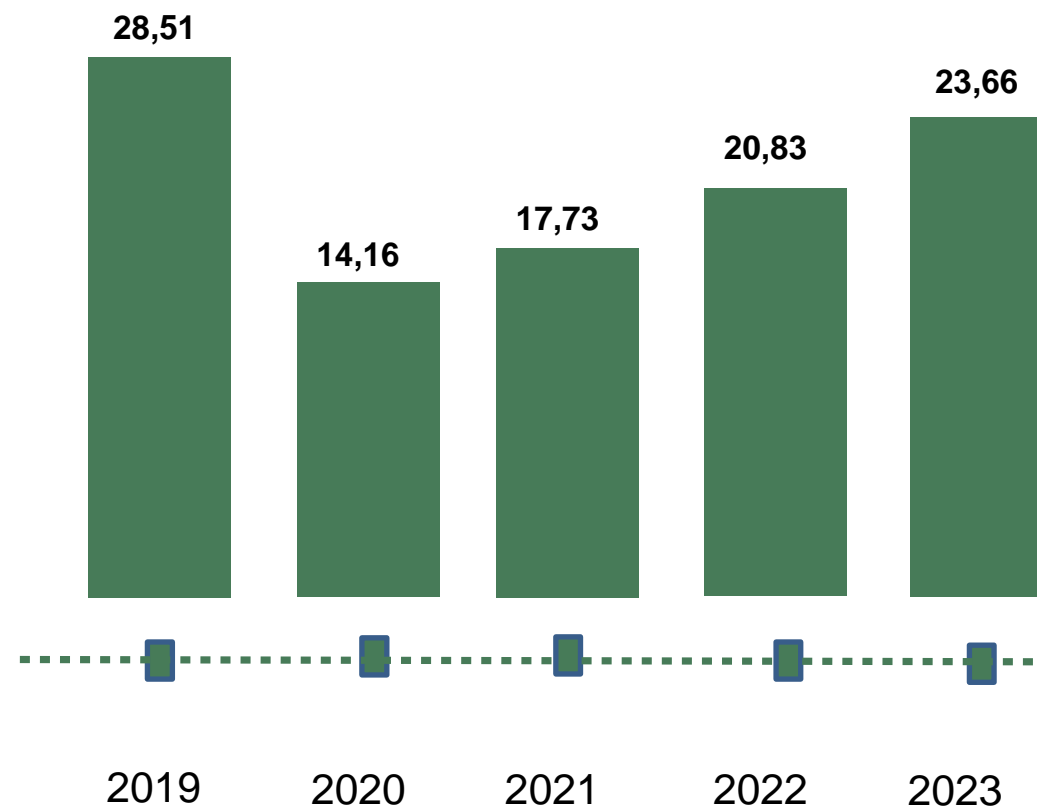
Gasto relativo com energia elétrica

Meta

2021 -2026

Reduzir em 1% os valores das faturas de energia em proporção ao total da área construída, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o gasto em 1%.



4.5 – ENERGIA ELÉTRICA

Referente ao consumo de energia elétrica a meta é manter a quantidade de kwh consumidos até 2026, em relação ao ano-base. Para o ano de 2023, a meta não foi atingida. Registra-se uma aumento de 18,10%.

Em razão da retomada das atividades presenciais, variações climáticas, inauguração de novos Fóruns, aumento na quantidade de instalações de aparelhos de ar condicionado e conseqüentemente aumento da área construída e verde, houve aumento no consumo de energia.

Destaca-se que no ano de 2023, foi iniciada a revisão da portaria de energia elétrica que trata sobre a utilização de energia elétrica e de equipamentos elétricos e eletrônicos nos prédios vinculados à Secretária do TJMG. Os tramites para a publicação e a campanha de divulgação estão em andamento.


4.6 ÁGUA E ESGOTO

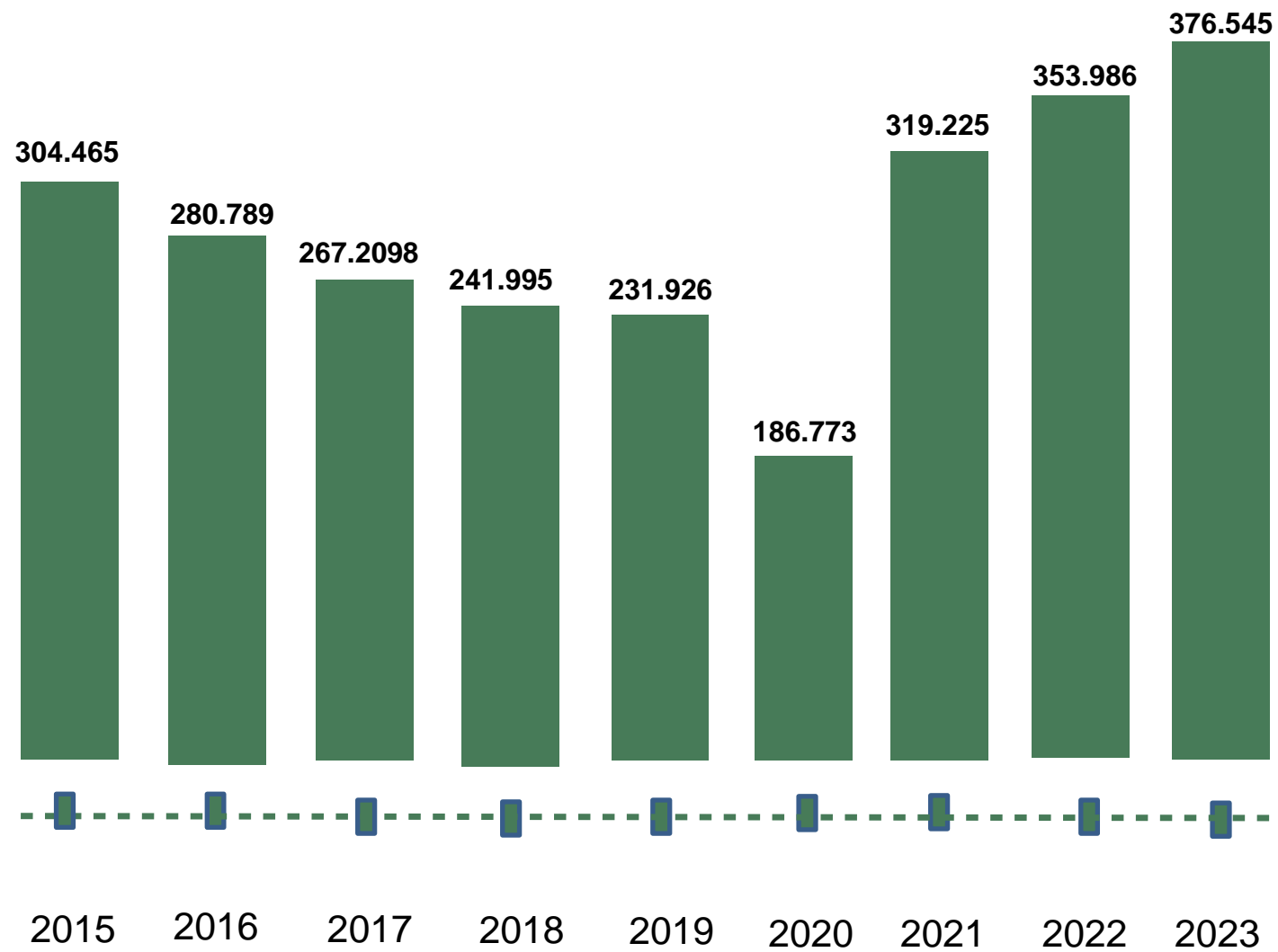


Consumo de água

Meta
2021 -2026

Reduzir em 2% o volume de água consumido, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o volume em 2%. 




4.6 ÁGUA E ESGOTO

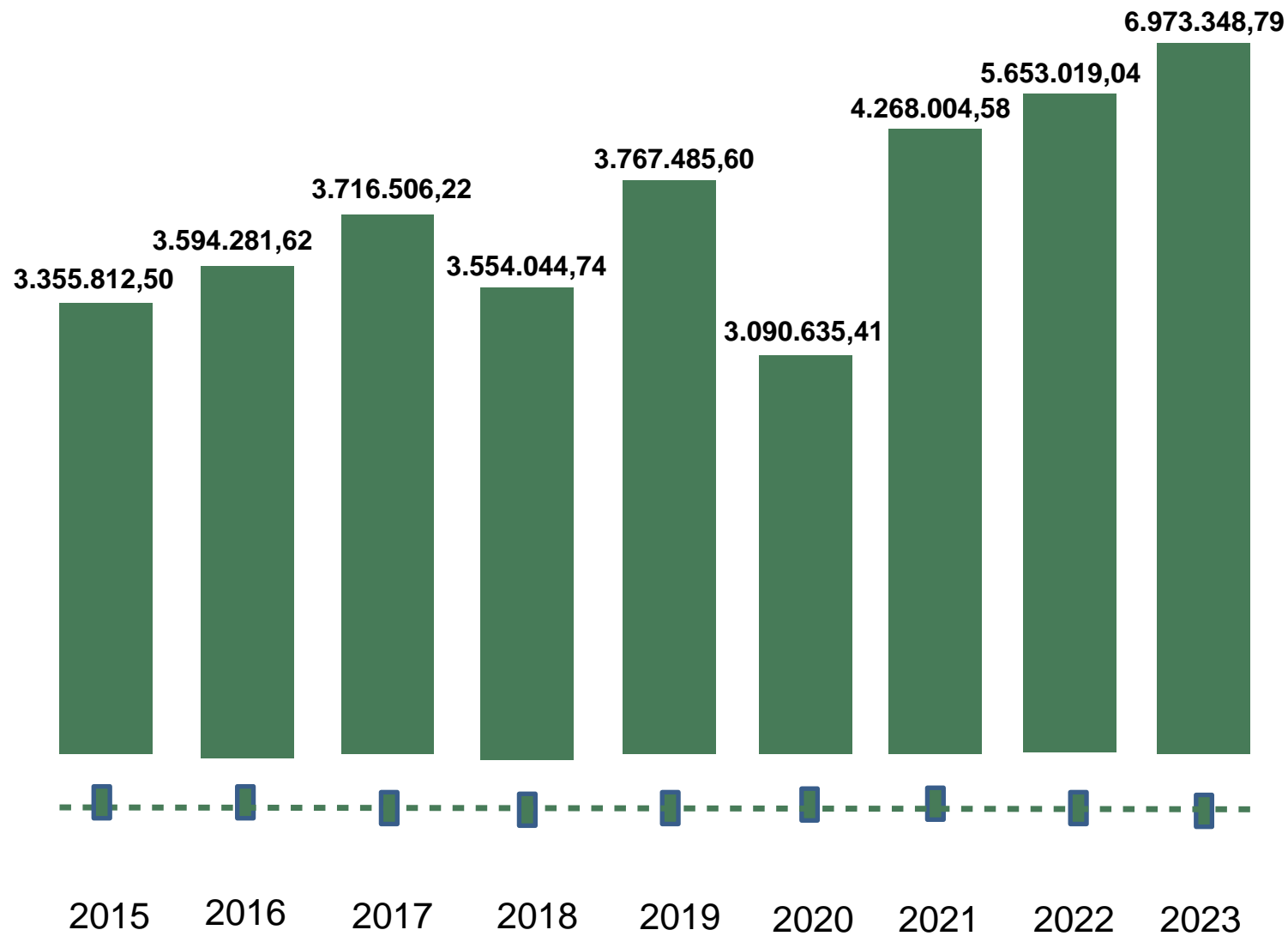


Gasto com água

Meta
2021 -2026

Reduzir em 2% o gasto de água, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o volume em 2%. 




4.6 ÁGUA E ESGOTO

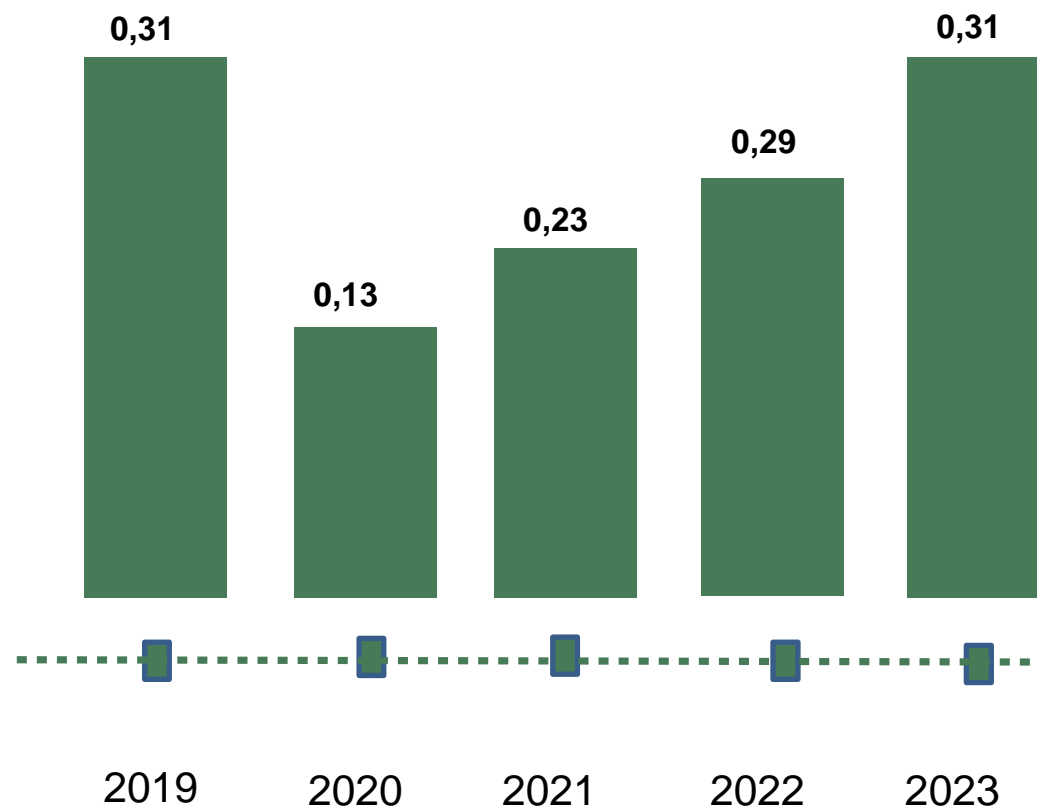


Consumo relativo de água

Meta
2021 -2026

Reduzir em 2% o volume de água por área construída, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o volume em 2%. 



4.6 ÁGUA E ESGOTO



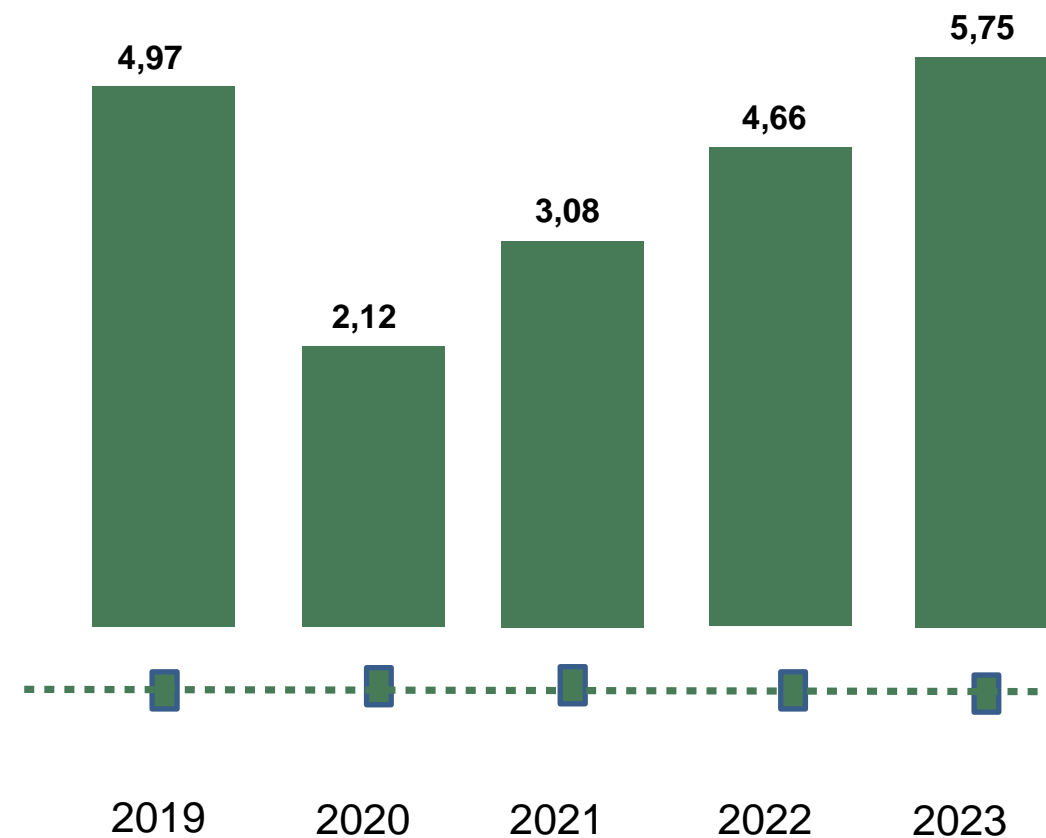
Gasto relativo com água

Meta

2021 -2026

Reduzir em 2% o gasto com água por área construída, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o gasto em 2%.



4.6 – ÁGUA E ESGOTO

A meta de 2023 não foi atingida e teve um aumento de 6,40% comparado ao ano passado. Conseqüentemente o gasto também sofreu aumento.

O consumo de água sofreu variação em razão do aumento da área construída do TJMG e da área verde. Além disso, cabe destacar que com o aumento de área verde nas edificações, o consumo de água aumenta devido a manutenção dessas áreas com irrigação e limpeza.

Ressaltamos que no ano de 2023 as inaugurações de novas edificações perfizeram o acréscimo aproximado de 5.555,10m² de área construída, sem ser levado em conta o aumento da área de jardinagem.

4.7 GESTÃO DE RESÍDUOS



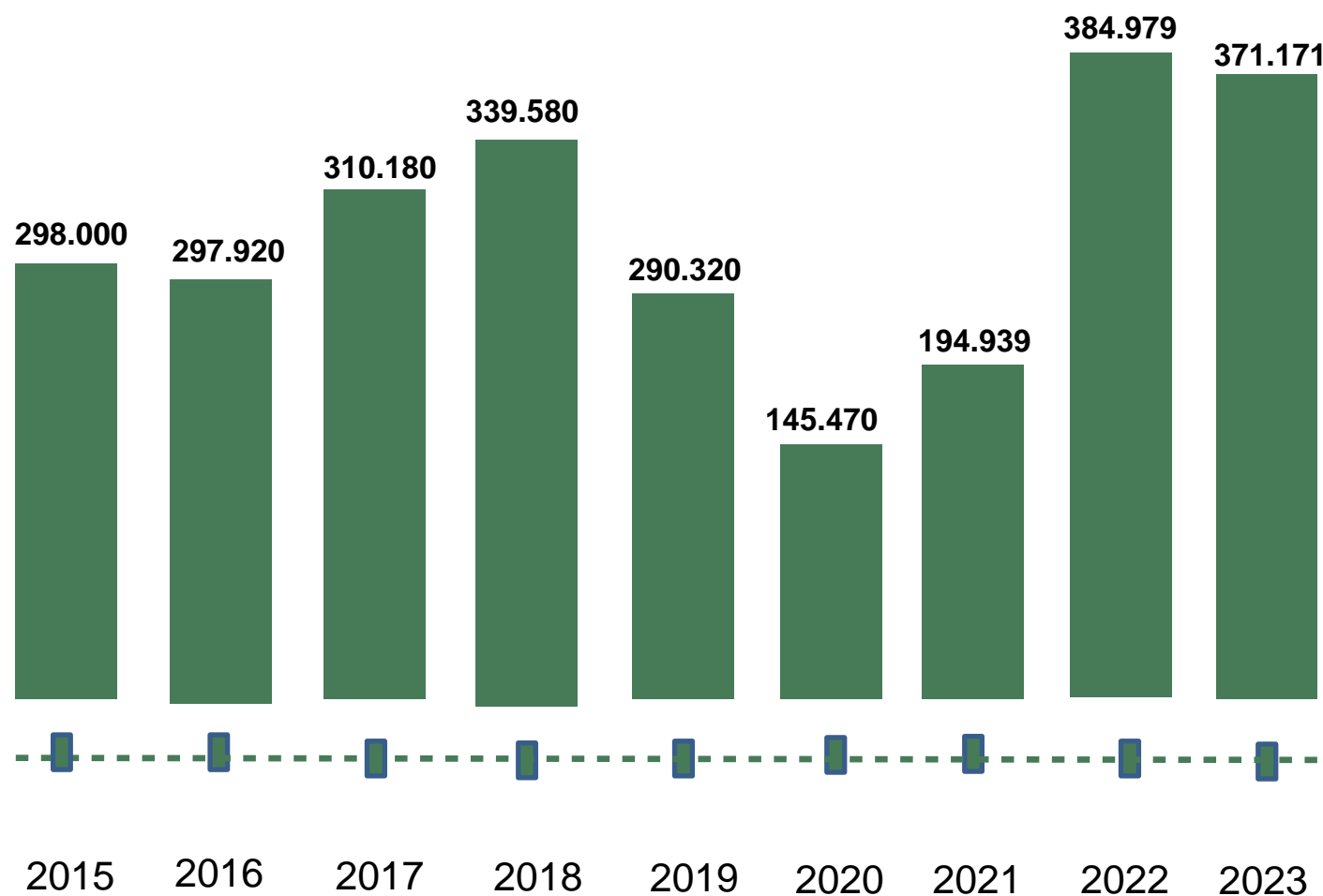
Destinação de resíduos de papel

Meta

2021 -2026

Aumentar em 10% a destinação de papel para a reciclagem, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Aumentar em 6% a destinação de papel para reciclagem.



4.7 GESTÃO DE RESÍDUOS



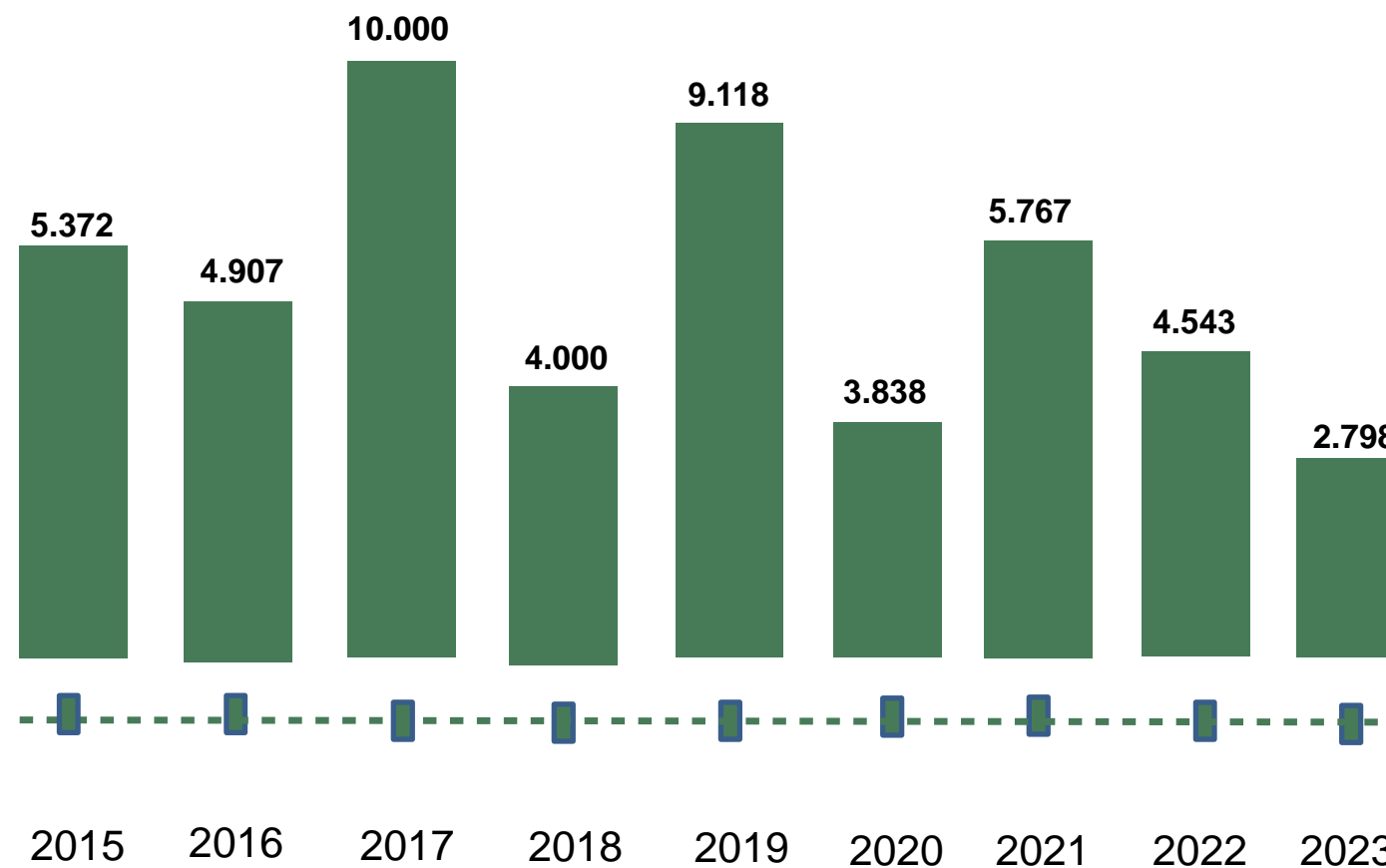
Destinação de resíduos de lâmpadas

Meta

2021 -2026

Manter em 100% o envio das lâmpadas para descontaminação.

Meta 2023: Manter em 100% o envio de lâmpadas para descontaminação.



4.7 GESTÃO DE RESÍDUOS



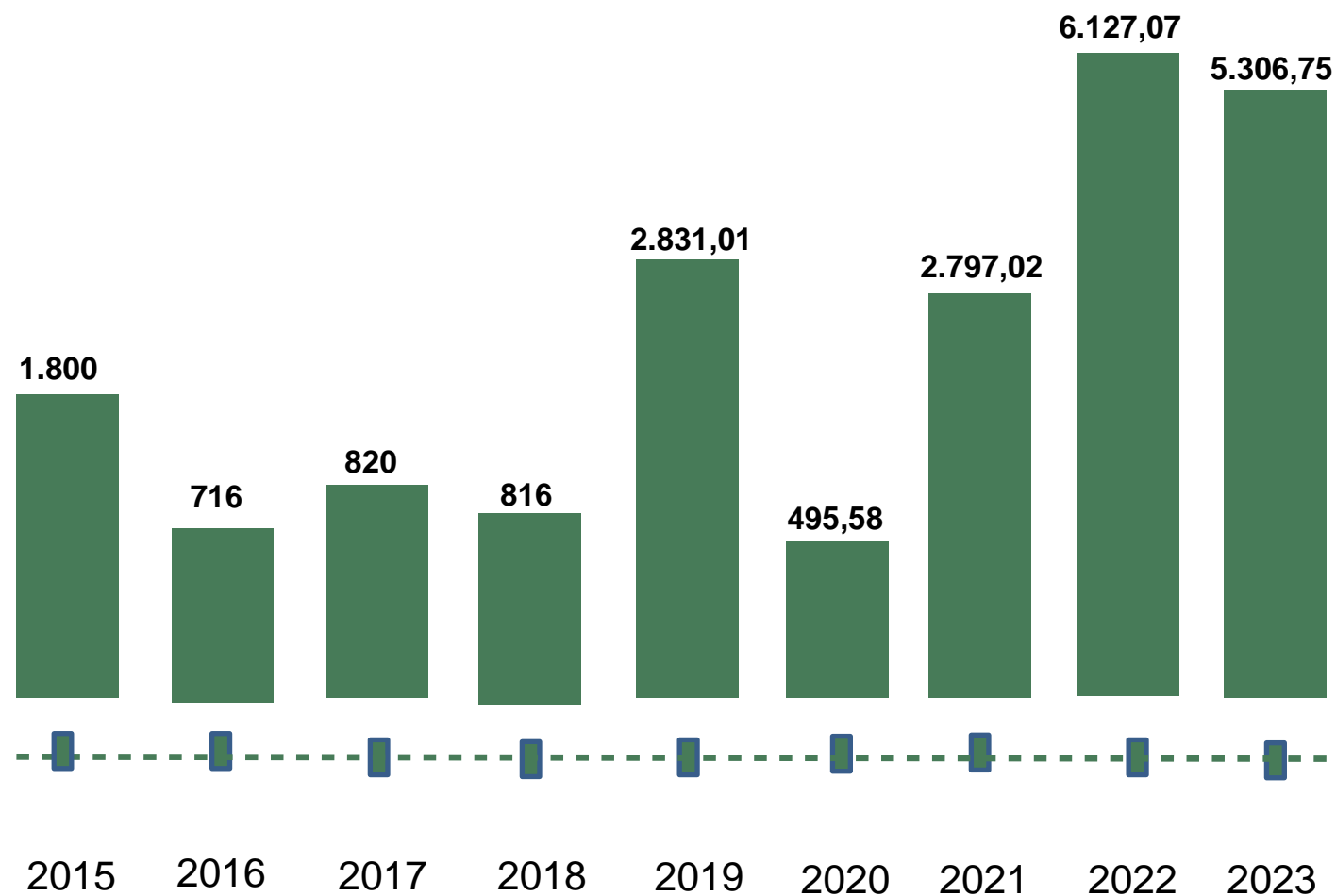
Destinação de resíduos de saúde

Meta

2021 -2026

Manter em 100% o descarte, conforme o regulamento, dos resíduos de saúde produzidos.

Meta 2023: Manter em 100% descarte.



4.7 – GESTÃO DE RESÍDUOS

A meta de destinação de resíduos foi atingida, com aumento no volume de itens descartados por meio de cooperativas que atendem as edificações do TJMG. Em relação ao ano anterior, houve um aumento de 18,10% na quantidade materiais destinados a reciclagem.

Desde meados de novembro de 2022, começamos a realizar a pesagem separadamente dos itens: papel, plástico, metal, vidro, madeira e eletroeletrônicos.

Em 2023, foram destinadas 2.798 lâmpadas para descontaminação. Esse número tem diminuído a cada ano, devido a substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED.

Além disso, 100% dos resíduos de saúde produzidos neste TJMG foram descartados conforme regulamento.

Cabe mencionar que, no período de 12 a 23 de junho, foi disponibilizado postos de coleta, nas edificações localizadas na capital, de medicamentos em desuso ou vencidos e eletrônicos obsoletos e/ou quebrados.

4.7 – GESTÃO DE RESÍDUOS

A campanha orientava que o descarte de medicamentos em desuso ou vencidos deveria ser feito, incluindo-se as embalagens primárias que fazem contato direto com o medicamento. São exemplos: blíster, ampola, frasco, cartelas de comprimidos, frascos e tubos de pomada.

Já as embalagens secundárias, como caixas de papel e bulas, podiam ser enviadas diretamente para a reciclagem, pois não tiveram contato com o medicamento e não são tóxicas.

Quanto a campanha dos eletrônicos que também ocorreu no mesmo período, foi repassado orientações sobre a importância de apagar os dados contidos em aparelhos que fossem para descarte. Nessa ação, foi orientado também que bens patrimoniados e bens de consumo e permanente pertencentes a este Tribunal, não seriam objetos desse descarte.

Cabe destacar, que em 2023, foram realizadas 02 (duas) entregas de lacres a Associação “Lacre do Bem”. Foi destinado a Associação um total de 273,20 kg de lacres. Com essa quantidade é possível a aquisição 2 cadeiras de rodas, para a doação a pessoas com deficiência física ou entidade filantrópica. Essa iniciativa é importante e conta com o envolvimento dos públicos interno e externo, que une inclusão, cidadania, solidariedade, responsabilidade social e sustentabilidade.

4.7 – GESTÃO DE RESÍDUOS

17
maio

DIA MUNDIAL DA RECICLAGEM

A coleta seletiva e o descarte correto dos resíduos e insumos trazem inúmeros benefícios para o meio ambiente e a sociedade, como, por exemplo:

- Diminuição da Poluição
- Economia no consumo de água e energia
- Diminuição dos gastos com limpeza urbana
- Geração de emprego e renda, por meio da comercialização dos recicláveis

Sabendo disso, o TJMG realiza a coleta seletiva nos prédios da capital. Confira, abaixo, os dados resultantes dessa prática.

68.871 kg

de papel

2,10 kg

de vidro

145,60 kg

de plástico

429,60 kg

de metal

Dados de janeiro a março de 2023

Acesse a página da sustentabilidade e saiba mais: Rede TJ > Ações e Programas > Sustentabilidade

Descarte de medicamentos em desuso ou vencidos e de eletrônicos

O TJMG, até 23 de junho, terá postos de coleta de medicamentos em desuso ou vencidos e eletrônicos obsoletos e/ou quebrados.

Atenção: Não será permitido o descarte de bens patrimoniados e nem de bens de consumo e permanente pertencentes ao Tribunal.

Acesse o informe e veja os pontos de coleta.

4.8 REFORMAS E CONSTRUÇÕES



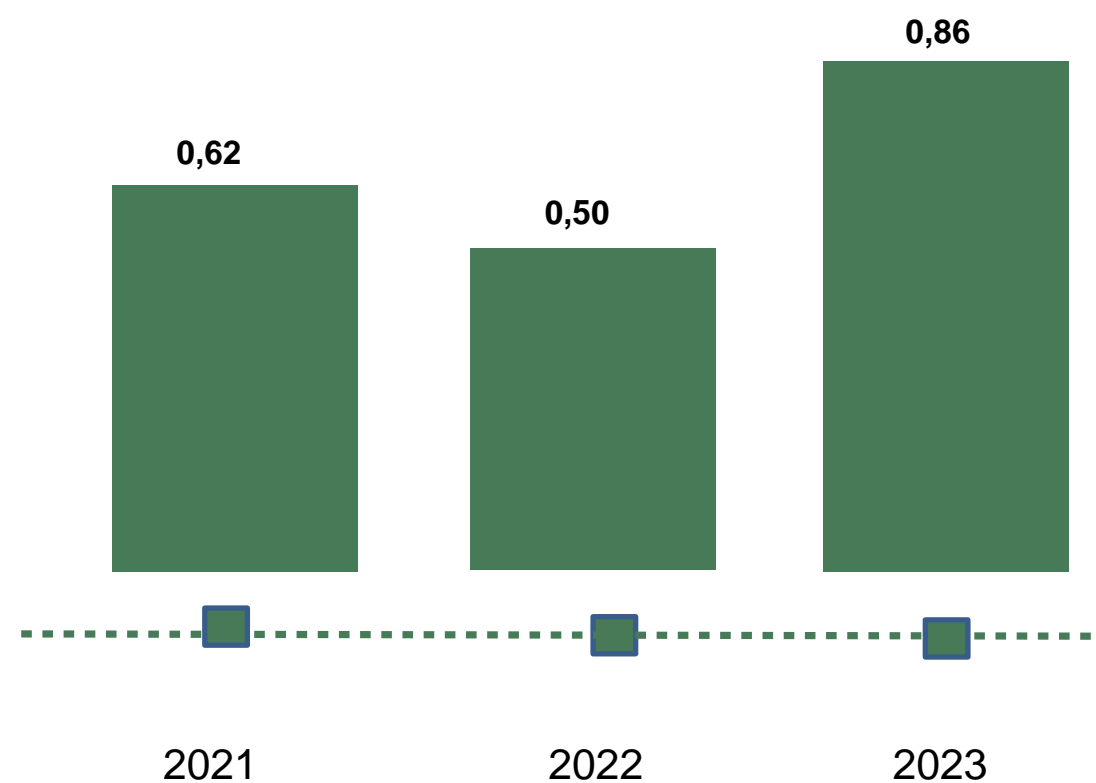
Índice de aderência do planejado ao executado

Meta

2021 -2026

Executar 70% do que foi planejado em reformas e construções.

Meta 2023: Executar 70% do planejado em reformas e construções.



4.8 – REFORMAS E CONSTRUÇÕES

A meta para esse item é executar 70% do que foi planejado em reformas e construções e para calculá-lo, criamos o indicador: índice de aderência do planejado ao executado, no qual somamos o valor de gastos com reformas e gastos com construções de novos edifícios e dividimos pelo valor planejado para reformas e construções para no ano em análise.

Conforme observado o valor executado foi de 70,60%.

4.9 LIMPEZA

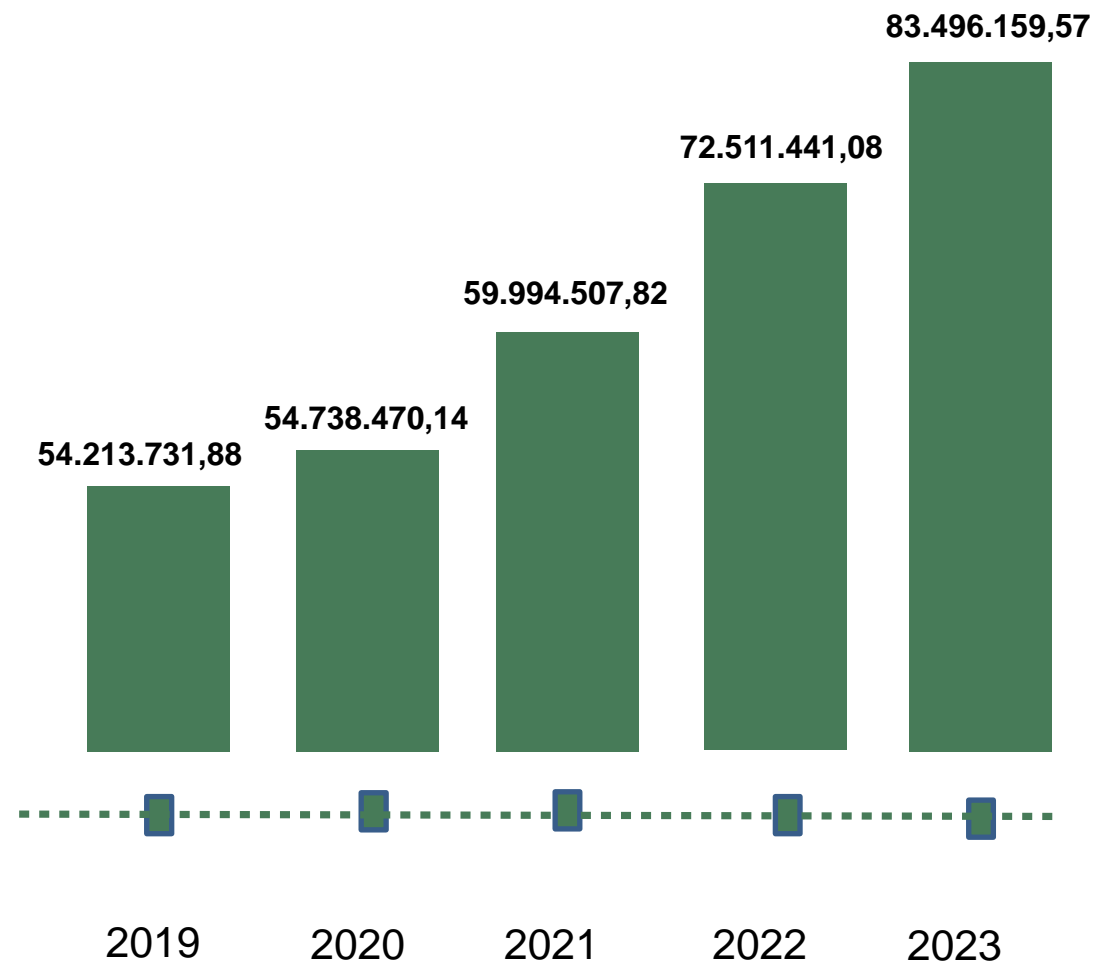


Gasto relativo com contratos de limpeza

Meta
2021 -2026

Limitar o aumento do gasto ao crescimento vegetativo, em relação ao ano anterior

Meta 2023: 8% de crescimento vegetativo.



4.9 - LIMPEZA

Com a retomada das atividades presenciais e ainda com a preocupação de enfrentamento à COVID-19, a prestação dos serviços de limpeza foi severamente impactada, tendo sido necessária sua intensificação. Com isso o gasto com contratos de limpeza sofreu um pequeno aumento.

Ressalta-se que a área contratada especificada nos instrumentos de contrato de limpeza, conforme instrução normativa sobre o tema aumentou de 795.546,94 para 827.481,86.

4.10 VIGILÂNCIA



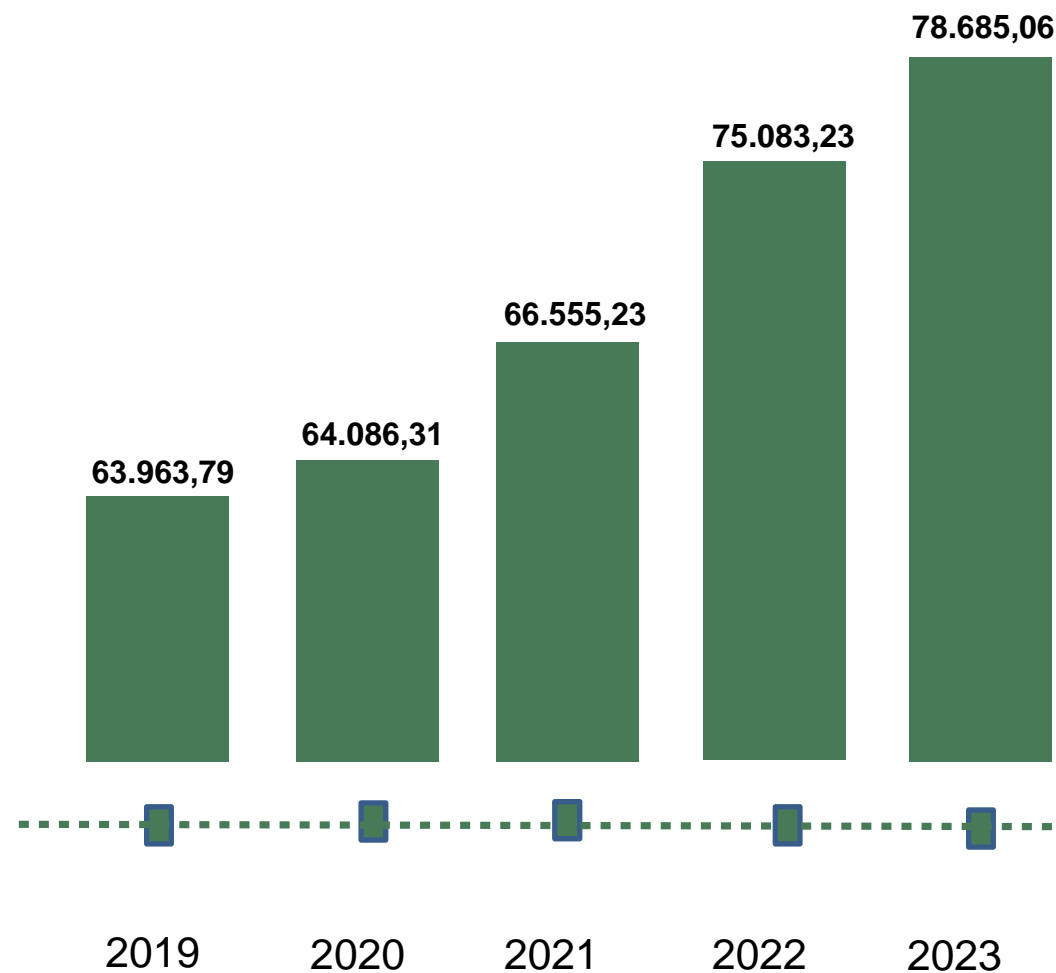
Gasto médio com contratos de vigilância armada e desarmada

Meta

2021 -2026

Limitar o aumento do gasto ao crescimento vegetativo, em relação ao ano anterior

Meta 2023: 8% de crescimento vegetativo.



4.10 - VIGILÂNCIA

No que diz respeito a vigilância a meta é limitar o aumento do gasto ao crescimento vegetativo, em relação ao ano anterior. Com isso, conforme pode-se verificar a meta foi atingida, uma vez que em 2022 existiam 969 profissionais contratados de vigilância armada e desarmada e em 2023 esse número subiu para 1.014 profissionais. Esse aumento representa aproximadamente 5% do crescimento vegetativo.

4.11 TELEFONIA



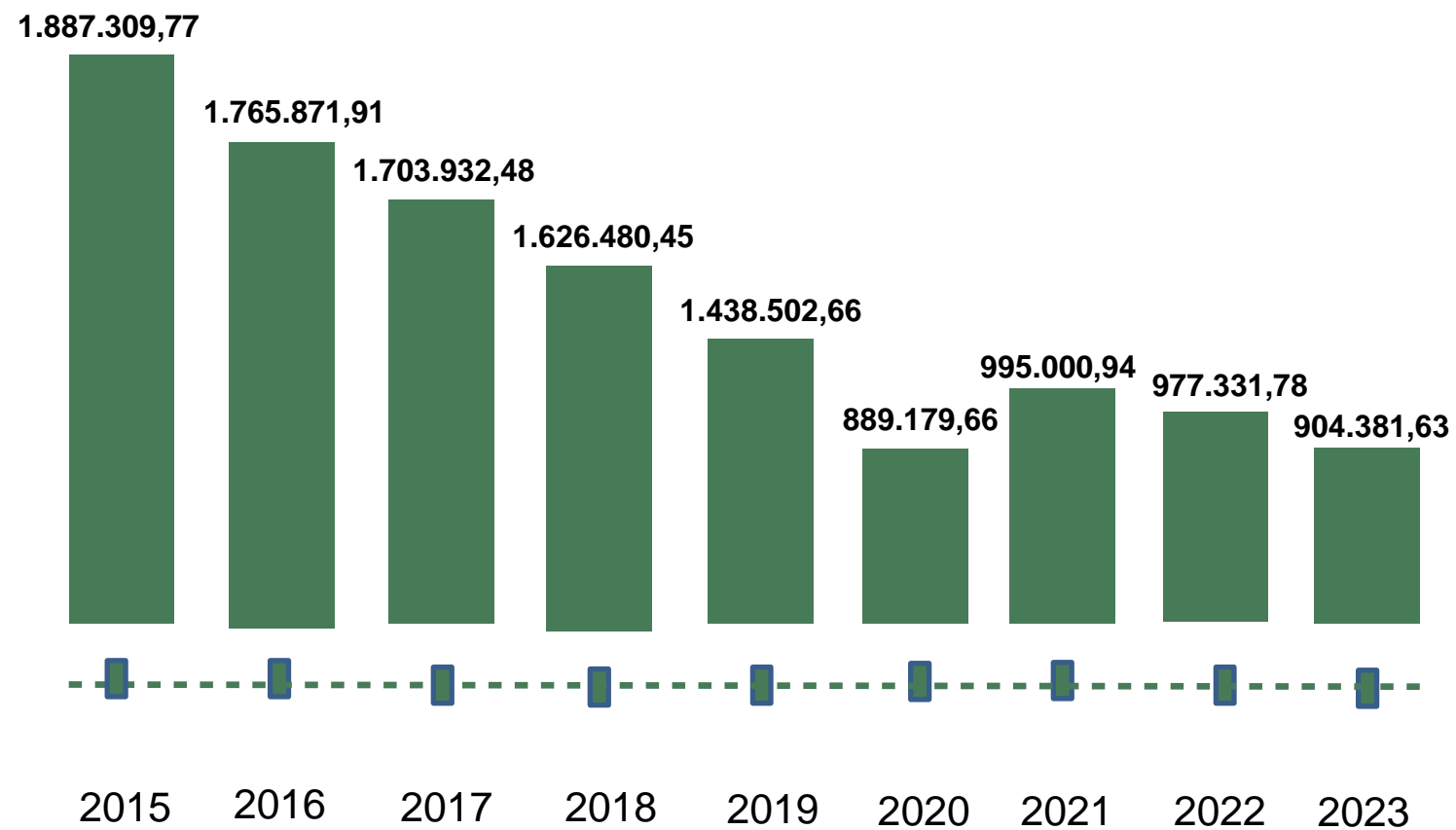
Gasto com telefonia fixa

Meta

2021 -2026

Reduzir em 2% o gasto total do contrato de telefonia fixa, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o gasto em 2%.



4.11 TELEFONIA

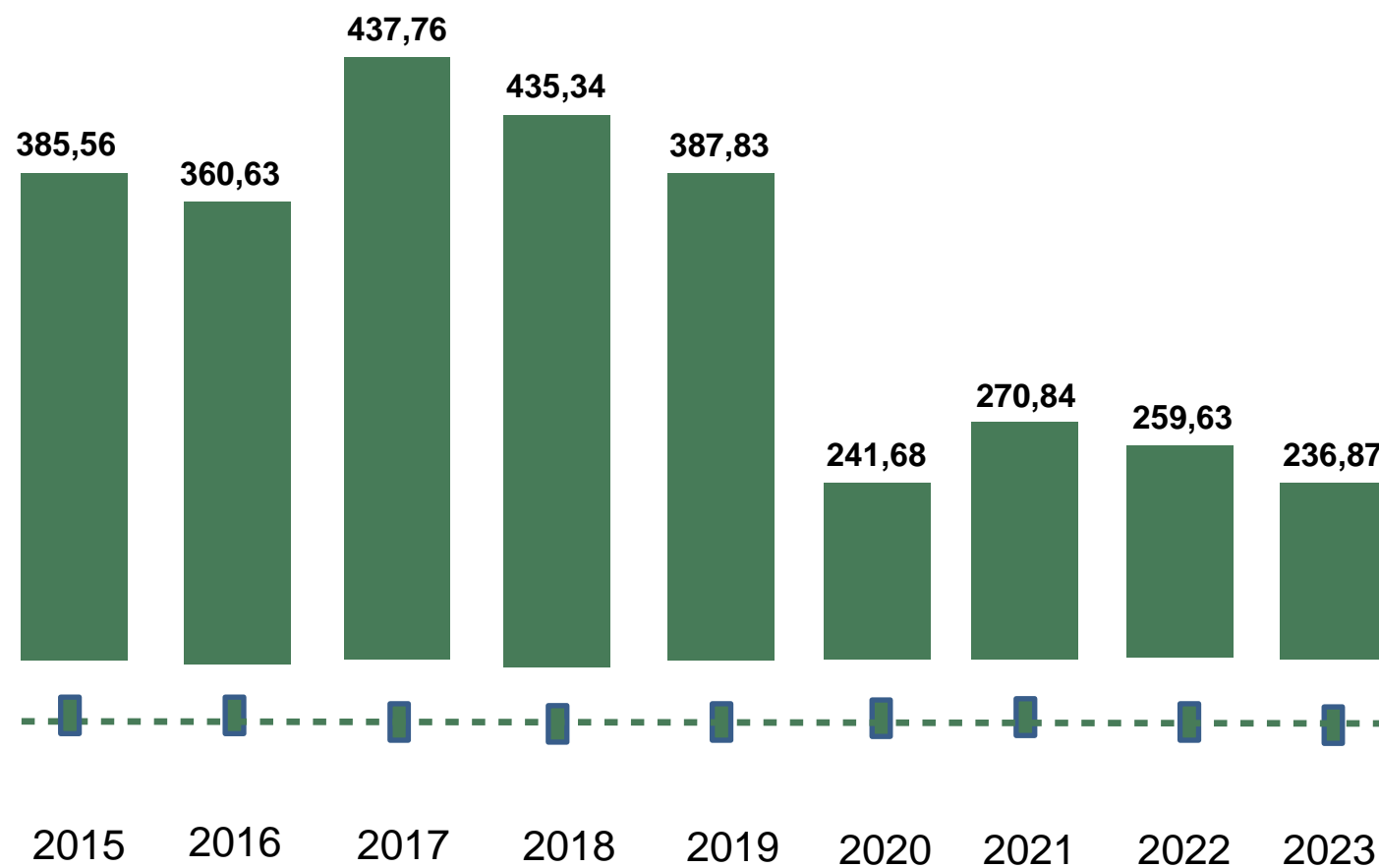


Gasto relativo com telefonia fixa

Meta
2021 -2026

Reduzir em 2% o gasto médio com contrato de telefonia fixa, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o gasto médio em 2%.



4.11 TELEFONIA



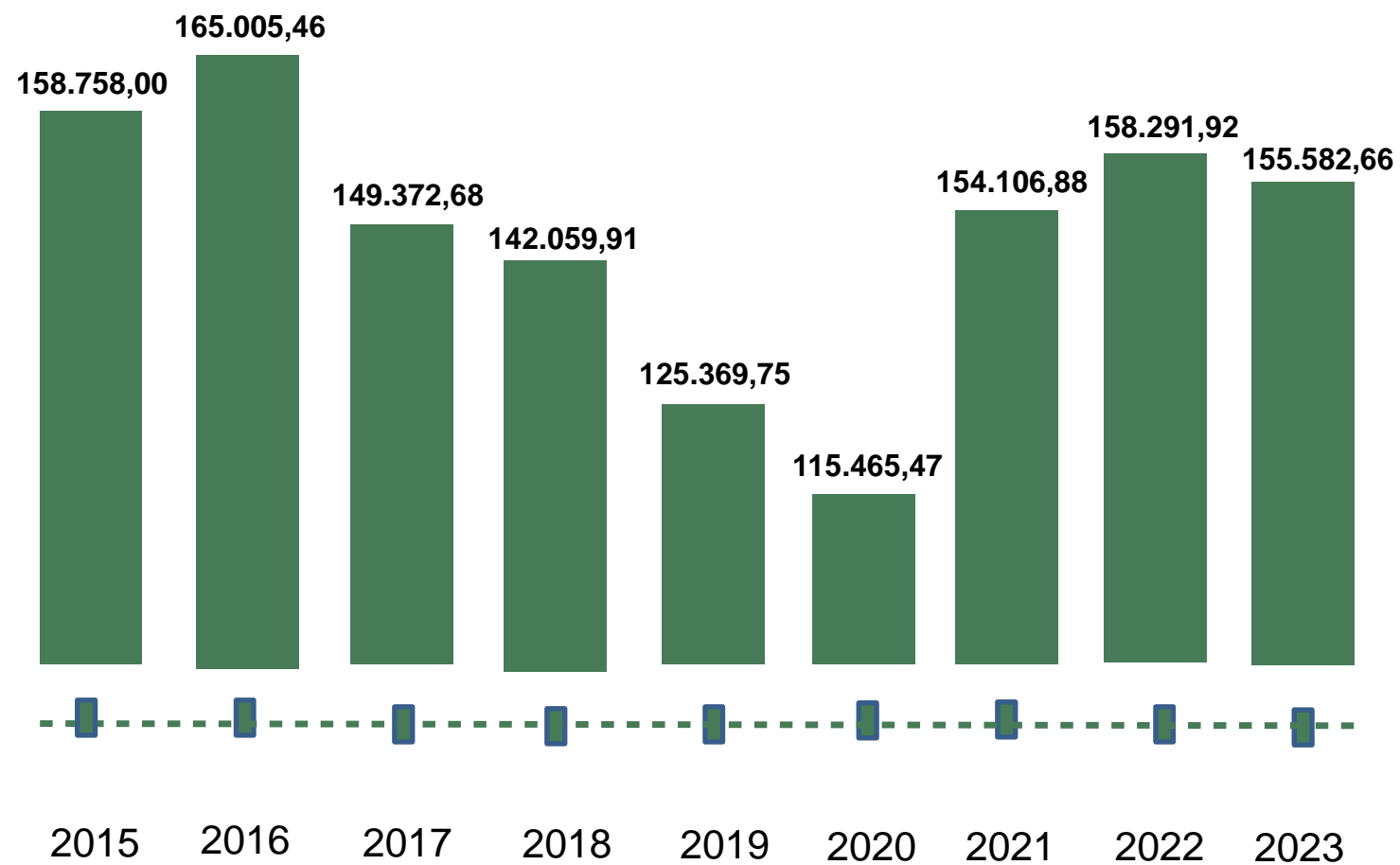
Gasto com telefonia móvel

Meta

2021 -2026

Reduzir em 2% o gasto total do contrato de telefonia móvel, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o gasto em 2%.



4.11 TELEFONIA



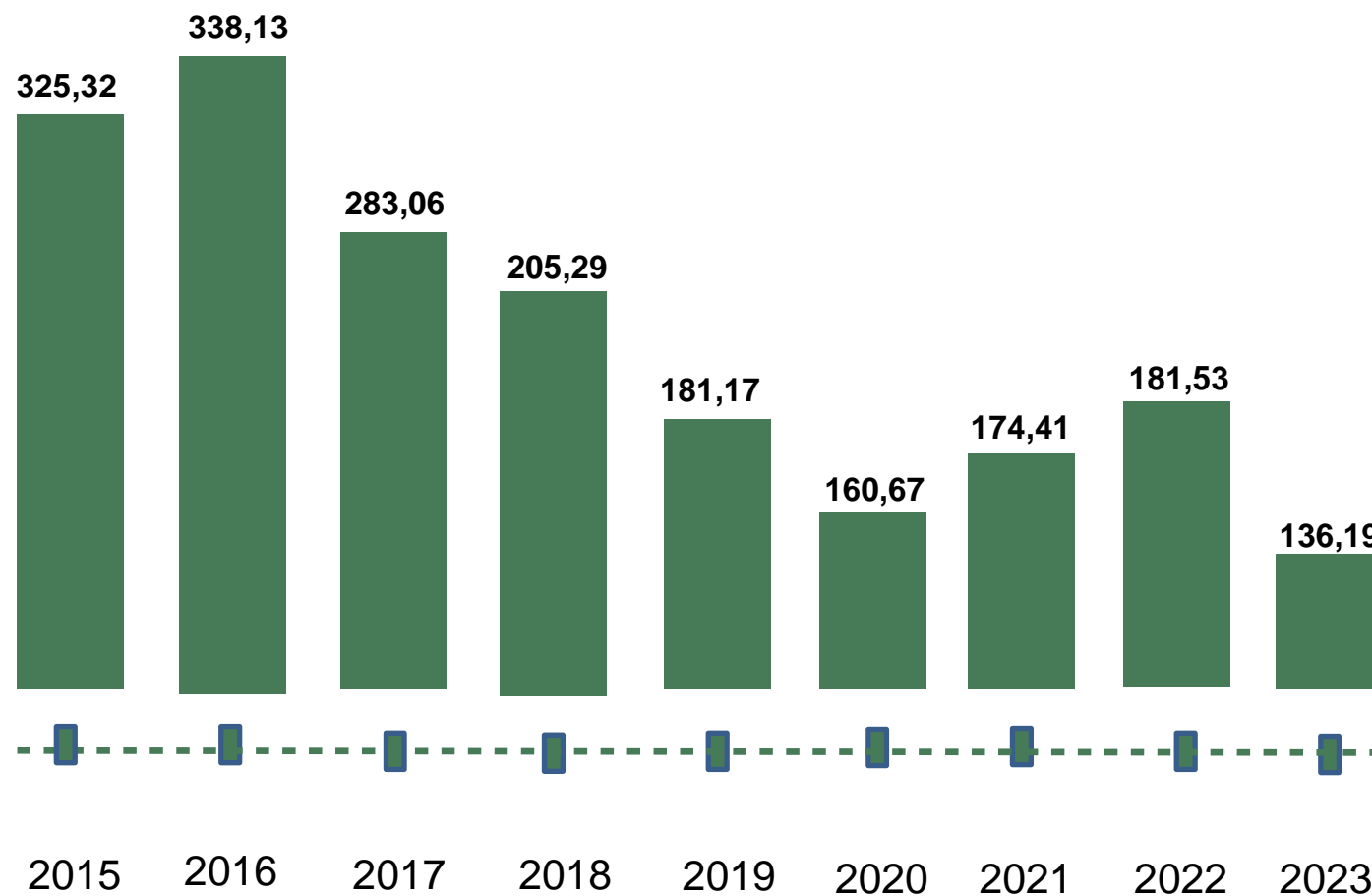
Gasto relativo com telefonia móvel

Meta

2021 -2026

Reduzir em 2% o gasto médio com contrato de telefonia móvel, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o gasto médio em 2%.



4.11 - TELEFONIA

A meta de redução de 2% do gasto com contrato de telefonia fixa foi atingida. Tivemos uma redução de 7,50%, em relação ao ano anterior. Já a meta de gasto relativo que também foi atingida, registrou redução de 8,80%

Cabe mencionar que o número de linhas fixas instaladas aumentou devido ao crescimento da força de trabalho.

A meta para telefonia móvel também é a redução de 2% do gasto com contrato de telefonia e foi atingida tanto para o gasto total, quanto para o gasto relativo.

Esclarece-se que o serviço de telefonia teve sua redução em razão da implementação da política de conscientização para uso adequado dos serviços contratados para ligações originadas de terminal fixo para longa distância.

4.12 VEÍCULOS



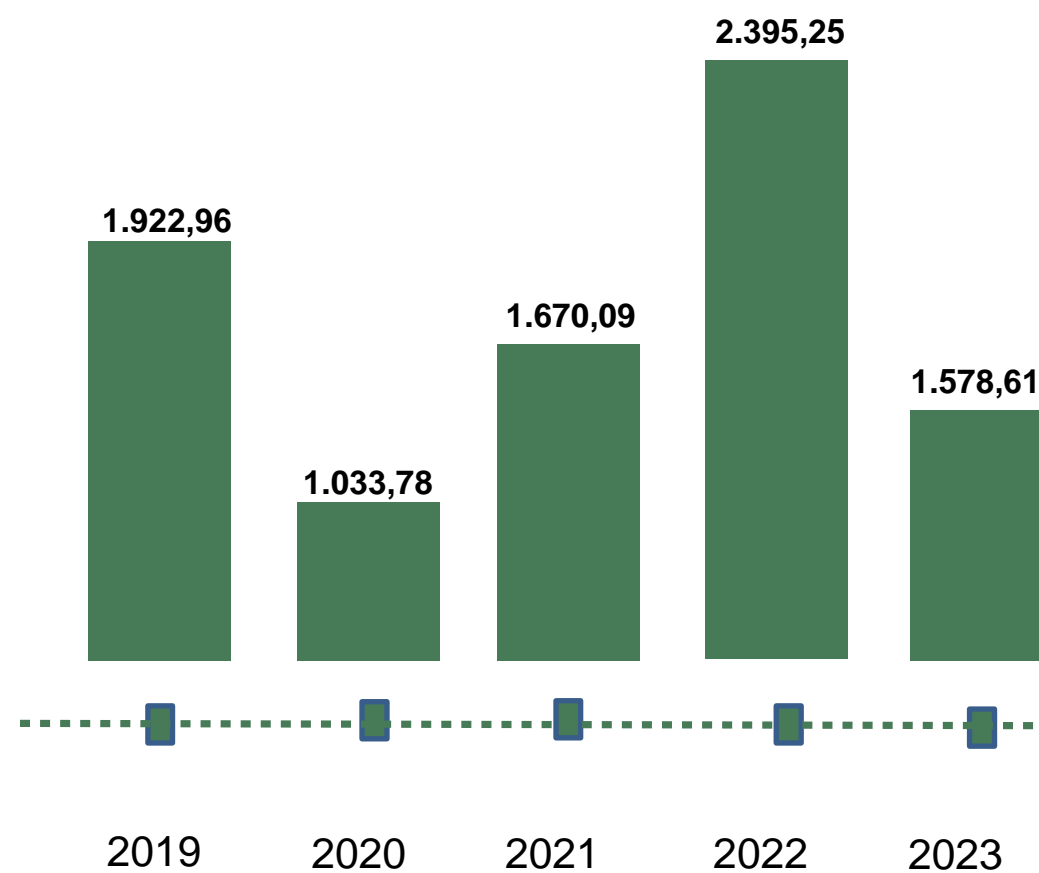
Gasto relativo com manutenção dos veículos

Meta

2021 -2026

Reduzir em 5% o gasto relativo com manutenção, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o gasto relativo em 5%.



4.12 - VEÍCULOS

No que tange a este tema a meta é reduzir em 5% o gasto relativo com manutenção de veículos, em relação ao ano anterior. Registra-se uma redução de 34,10%.

Cabe destacar que o número de veículos aumentou em relação a 2022 e conseqüentemente a quilometragem registrada nos carros na frota. Embora esse aumento no número de veículos pudesse naturalmente suscitar expectativas de um crescimento proporcional nos custos de manutenção, observa-se uma diminuição no gasto relativo com manutenção de veículos.

4.13 COMBUSTÍVEL



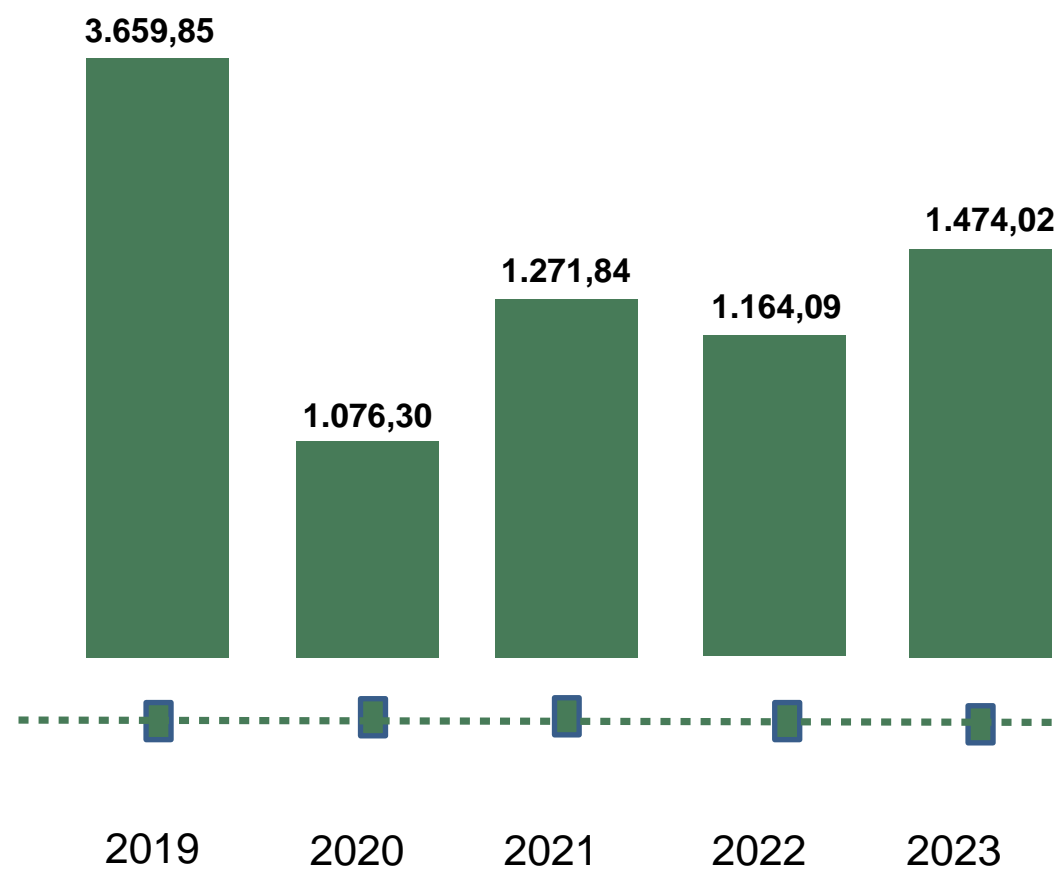
Consumo de diesel por veículo

Meta

2021 -2026

Reduzir em 0,5% o consumo com diesel, até 2026, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o consumo em 0,5%.



4.13 COMBUSTÍVEL



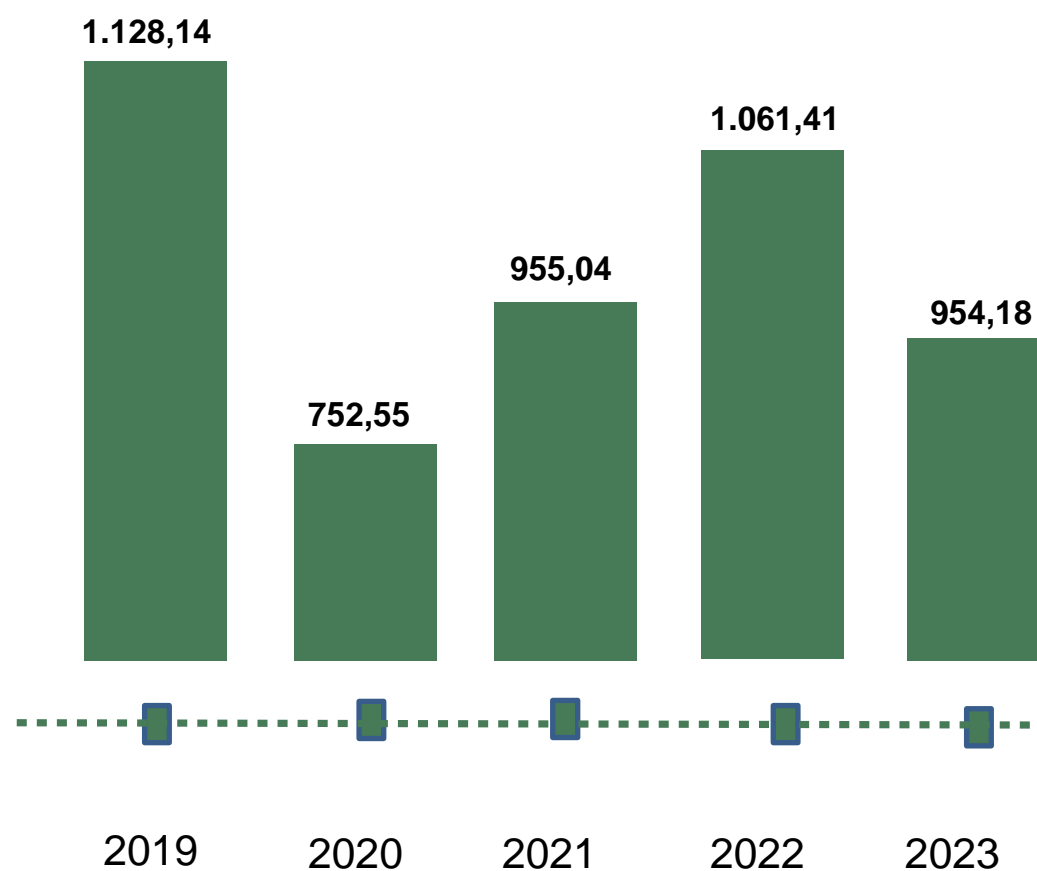
Consumo de gasolina e etanol por veículo

Meta

2021 -2026

Reduzir em 2% o consumo com gasolina, até 2026, em relação ao ano anterior.

Meta 2023: Reduzir o consumo em 2%.



4.13 - COMBUSTÍVEL

Em combustível temos 2 metas a serem cumpridas, são elas:

- Reduzir em 0,5% o consumo com diesel, até 2026, em relação ao ano anterior; e
- Reduzir em 2% o consumo com gasolina, até 2026, em relação ao ano anterior

Referente ao consumo de diesel por veículo a meta não foi atingida.

Com a retomada das atividades no pós pandemia, as demandas de serviço de transporte aumentaram, principalmente com o atendimento ao projeto de virtualização dos processos físicos, além de movimentação de mobiliário devido as novas inaugurações e reformas de Fóruns nas diversas comarcas do interior de Minas.

No que tange ao consumo de gasolina por veículo a meta foi atingida com redução de 10,10%.

4.14 APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO



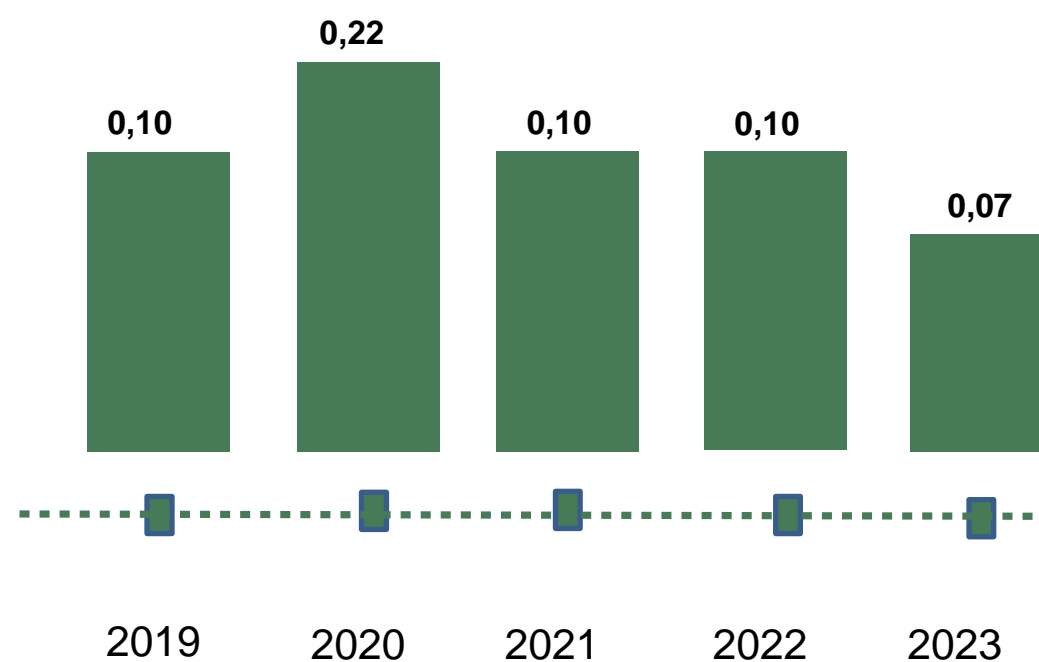
Índice de execução das despesas com serviços gráficos

Meta

2021 -2026

Executar até 50% da ata de registro de preços referente a material gráfico com relação ao ano-base.

Meta 2023: Executar até 20% da ata de registro de preços referente a material gráfico



4.14 – APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Referente ao tema apoio ao serviço administrativo, para o ano de 2023 a meta que era executar até 20% da ata de registro de preço foi atingida. Ocorreu uma variação de - 22,80%, em relação ao ano-base, 2019.

Esclarecemos que os gastos com material gráfico tiveram um aumento do mês de março devido à realização do Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil - Consepre, no qual este TJMG sediou o VI encontro que ocorreu no período de 1º a 03 de março de 2023. Além disso, também no mês de março foi realizada uma compra de cartazes e folhetos para a Assessoria de Gestão da Inovação – AGIN. Esta compra é feita anualmente para a divulgação dos Cejusc's durante o ano.

Esclarecemos também que a Galeria de Arte localizada no Edifício Sede desta Casa, realizou 4 exposições em 2023. Para compor essas exposições foram feitos catálogos e plotagem de painéis.

A Ascom – unidade Fórum Lafayette realiza anualmente a Semana da Poesia, no qual são feitos livros e plotagem de painel. Além de executar a entrega da Medalha Ruy Gouthier na qual são feitas cartilhas para distribuição.

4.15 AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES



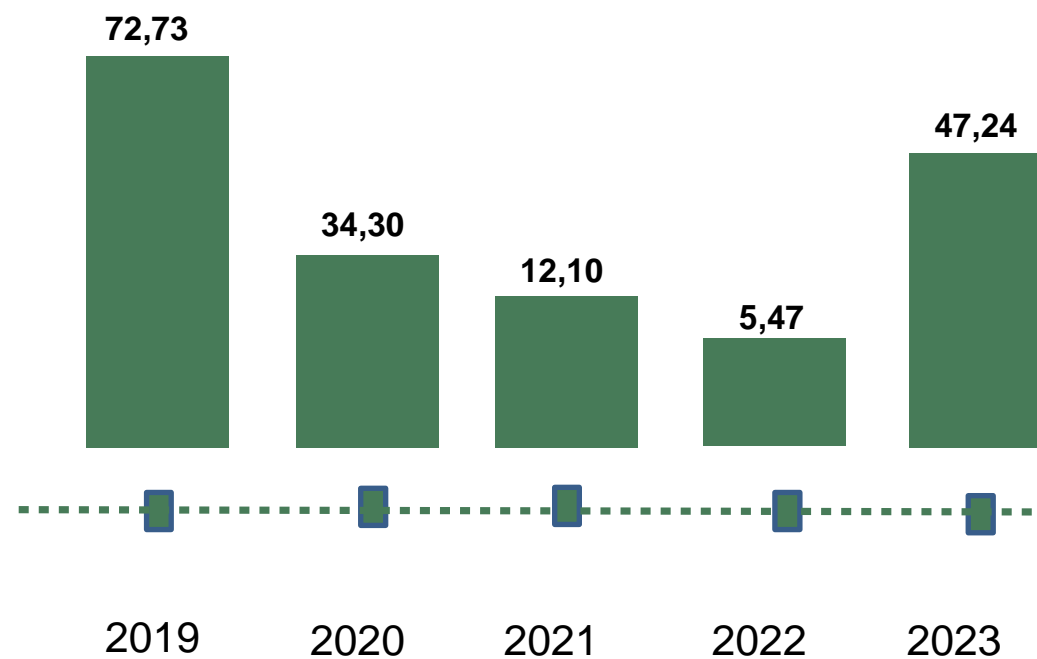
Percentual de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade

Meta

2021 -2026

Aumentar em 10% a participação relativa.

Meta 2023: Aumentar em 6% a participação



4.15 – AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Em 2023, foram celebrados 290 contratos. Registra-se um percentual de 47,24% de contratos firmado com algum critério de sustentabilidade. O Guia pode ser acessado pelo link: <https://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/po61362023.pdf>



Cabe destacar que em meados do mês de abril, o TJMG instituiu o Guia de Contratações Sustentáveis, por meio da Portaria nº 6.136/PR/2023. O Guia, em formato PDF navegável, visa auxiliar a todos os gestores de contratos das áreas demandantes, por intermédio de normas, recomendações e outras orientações, na aplicação dos critérios e práticas de sustentabilidade no que tange a aquisição de bens e contratações de serviços e obras.

Além disso, para monitorar melhor esse tema foram criados indicadores, por tipo de contratos, são eles:

- Prestação de serviços, nos quais 53,40% dos contratos firmados em 2023 possuem critérios sustentáveis;
- Obras, nos quais 93,30% dos contratos firmados em 2023 possuem critérios sustentáveis;
- Terceirização, nos quais 100% dos contratos firmados em 2023 possuem critérios sustentáveis.


4.16 QUALIDADE DE VIDA

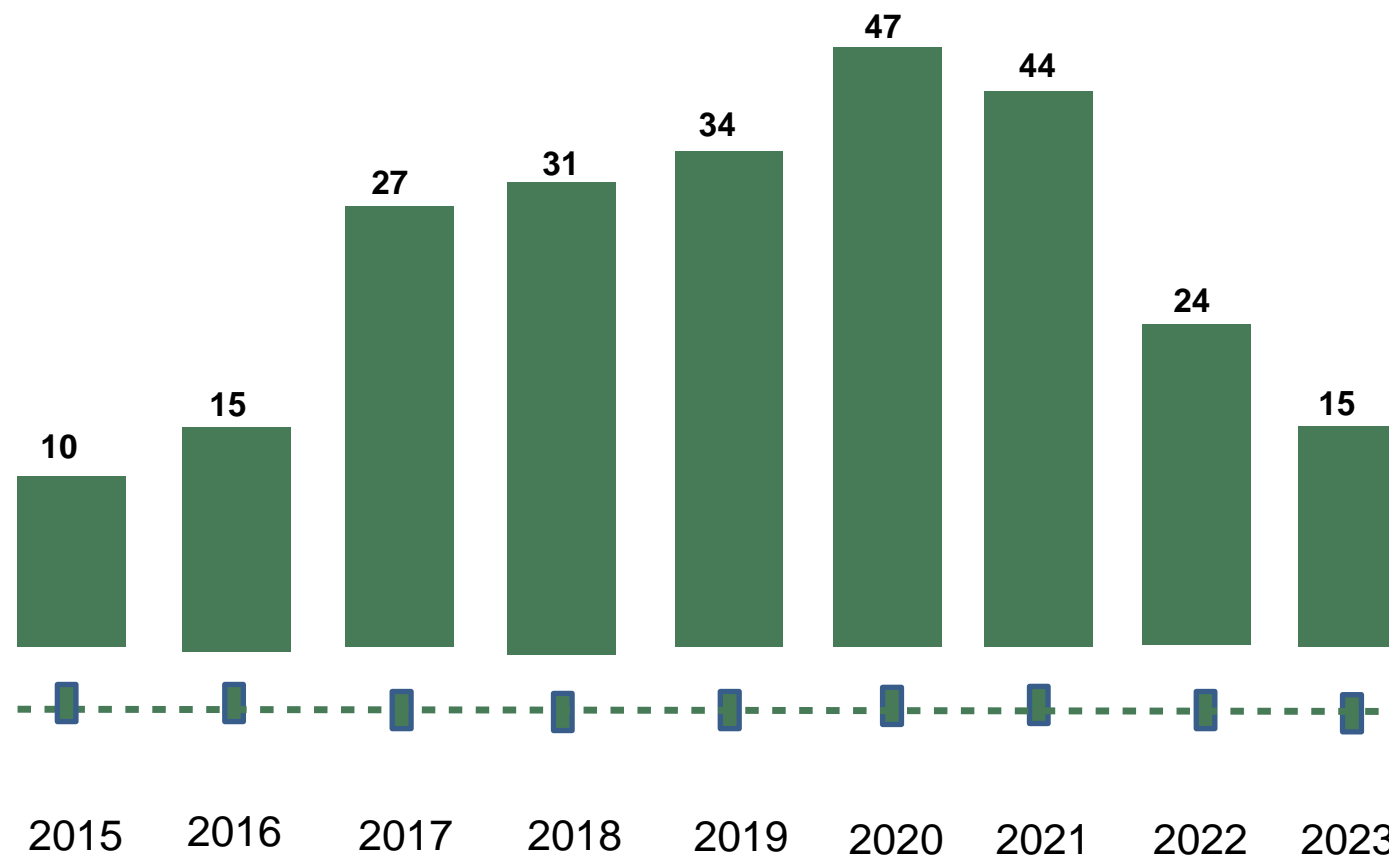


Quantidade de ações de qualidade de vida

Meta
2021 -2026

Manter a quantidade de ações de qualidade de vida, em relação ao ano base.

Meta 2023: Manter a quantidade de ações de qualidade de vida 



4.16 QUALIDADE DE VIDA



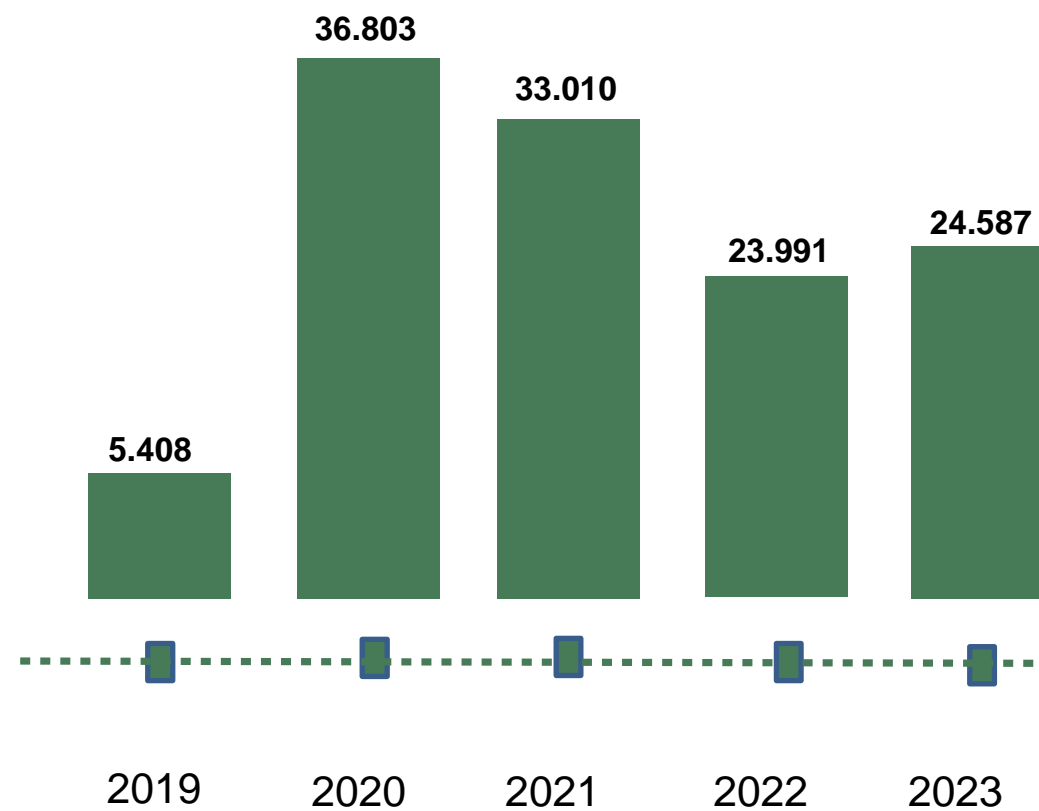
Participação em ações de qualidade de vida

Meta

2021 -2026

Aumentar em 10% a participação, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Aumentar a participação em 6%



4.16 QUALIDADE DE VIDA



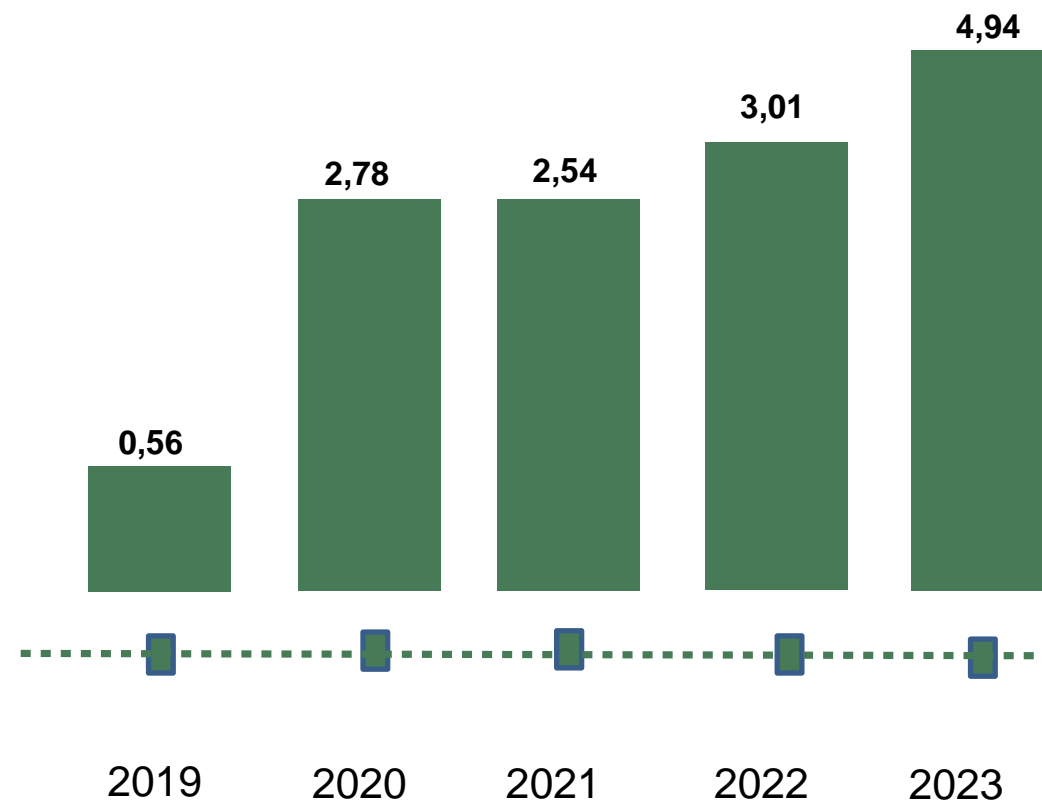
Participação relativa em ações de qualidade de vida

Meta

2021 -2026

Aumentar a participação relativa em 10%, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Aumentar a participação em 6%



4.16 QUALIDADE DE VIDA



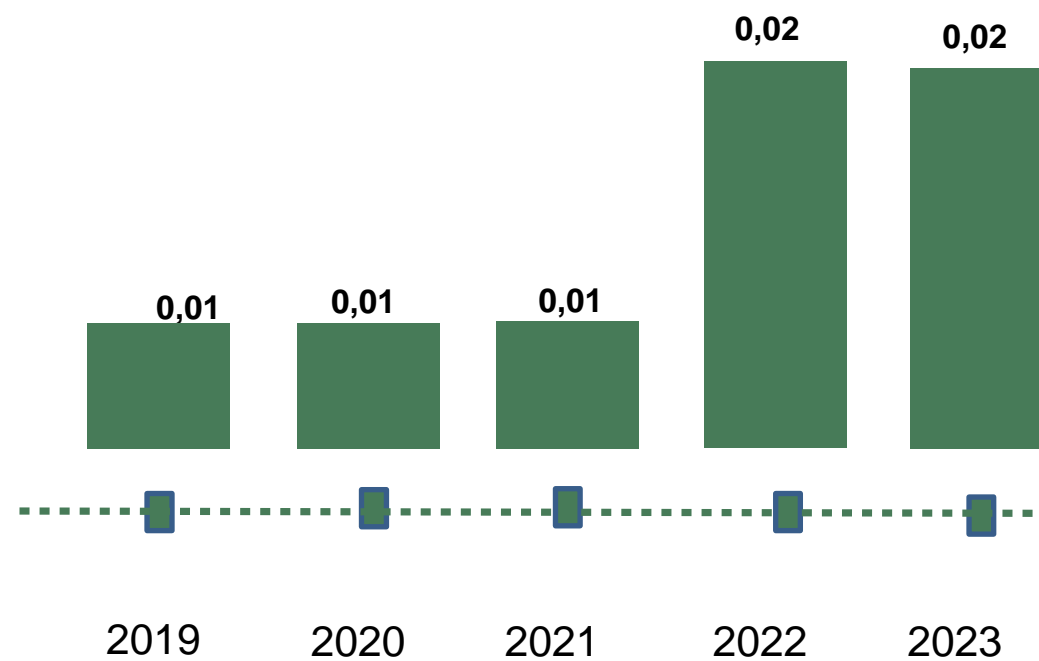
Participação relativa em ações solidárias

Meta

2021 -2026

Aumentar a participação relativa em 6%, em relação ao ano-base.

Meta 2023: Aumentar a participação em 3%



4.16 – QUALIDADE DE VIDA

Esse tema é fundamental, pois remete ao bem-estar e a satisfação dos funcionários. Em 2023, foram realizadas 15 ações de qualidade de vida, sendo elas: 8 ações de promoção à saúde e 7 ações que visam conscientizar, informar e motivar magistrados, servidores e colaboradores sobre o cuidado com a saúde e diagnóstico precoce. Essas ações são os “meses coloridos” e acontecem no decorrer do ano, com por exemplo: Janeiro Branco, Março Lilás, Maio Roxo, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul e Dezembro Laranja.

Além disso, podemos registrar um aumento significativo nas participações. Destaca-se algumas ações:

- **Ação: Avaliação ergonômica de postos e setores de trabalho**

Público alvo: Magistrados e servidores da Secretaria do TJMG e da Justiça da Primeira Instância A avaliação ergonômica prevê a análise das condições presentes no ambiente de trabalho que podem se constituir como risco à saúde do trabalhador. Essa ação possibilita a redução de riscos presentes no ambiente de trabalho que impactam na saúde de magistrados e servidores.

4.16 – QUALIDADE DE VIDA

- Ação: Acompanhamento Psicossocial

Público alvo: Magistrados e servidores que apresentem sintomas ou queixas de sofrimento emocional e psicológico relacionadas ao contexto do trabalho. O Acompanhamento Psicossocial pretende favorecer o processo de reflexão sobre situações e contextos vividos no trabalho, em suas interfaces com aspecto da vida pessoal, visando considerar e estimular os recursos do indivíduo para lidar com os desafios da vida pessoal e profissional.

- Ação: Exame Periódico de Saúde

Público alvo: Magistrados e servidores da Secretaria do TJMG e da Justiça da Primeira Instância.

Compete à Gerência de Saúde a promoção e a preservação da saúde dos magistrados e dos servidores, através de ações voltadas para a prevenção de doenças ocupacionais, bem como para o rastreamento e o diagnóstico precoce dos agravos à saúde. Espera-se identificar preventivamente situações de risco à saúde, promover hábitos de vida mais saudáveis e a redução do absenteísmo.

4.16 – QUALIDADE DE VIDA

- **Ação: Ginástica Laboral, Yoga e Meditação – On-line na Rede TJ**

Público alvo: magistrados, servidores e colaboradores do TJMG.

Proporcionar mais qualidade de vida aos usuários, com atividades voltadas para a prevenção de doenças osteomusculares, equilíbrio emocional, bem-estar e manutenção da saúde.

- **Ação: Atenção em Saúde Bucal**

Público alvo: magistrados e servidores do TJMG.

Atendimento odontológico de urgência e de emergência a magistrados e servidores.

- **Ação: Campanha de vacinação contra a gripe**

Público alvo: magistrados, servidores e familiares, estagiários e colaboradores do TJMG. Imunização de magistrados, servidores, familiares e colaboradores do TJMG.

- **Ação: Campanhas Janeiro Branco, Março Lilás, Maio Roxo, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul e Dezembro Laranja.**

Público alvo: magistrados, servidores e funcionários do TJMG.

Foram tratados temas relacionados à prevenção de doenças mentais, do câncer de colo do útero, das doenças inflamatórias intestinais, do suicídio, do câncer de mama, de próstata e de pele, aumentando as chances de cura e qualidade de vida.

4.16 – QUALIDADE DE VIDA

AÇÕES SOLIDÁRIAS

Na temática ações solidárias, registra-se um aumento de 130,90% na participação relativa, em relação ao ano-base, qual seja 2019. Abaixo algumas das ações solidárias realizadas ao longo do ano:

- Campanha para as vítimas das chuvas;
- Doações como cama, roupas e livros infantis recebidas;
- Campanha de inverno;
- Pedal Solidário;
- Campanha de dia das crianças;
- Papai Noel TJMG;
- Natal do Voluntariado;
- Natal Fórum Cível e Fazendário;
- Rua de Direitos – Especial Dia da Mulher;
- Mutirão de atendimentos Maxakalis;
- Rodas de Conversas de mobilização do rua de direitos

4.17 CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

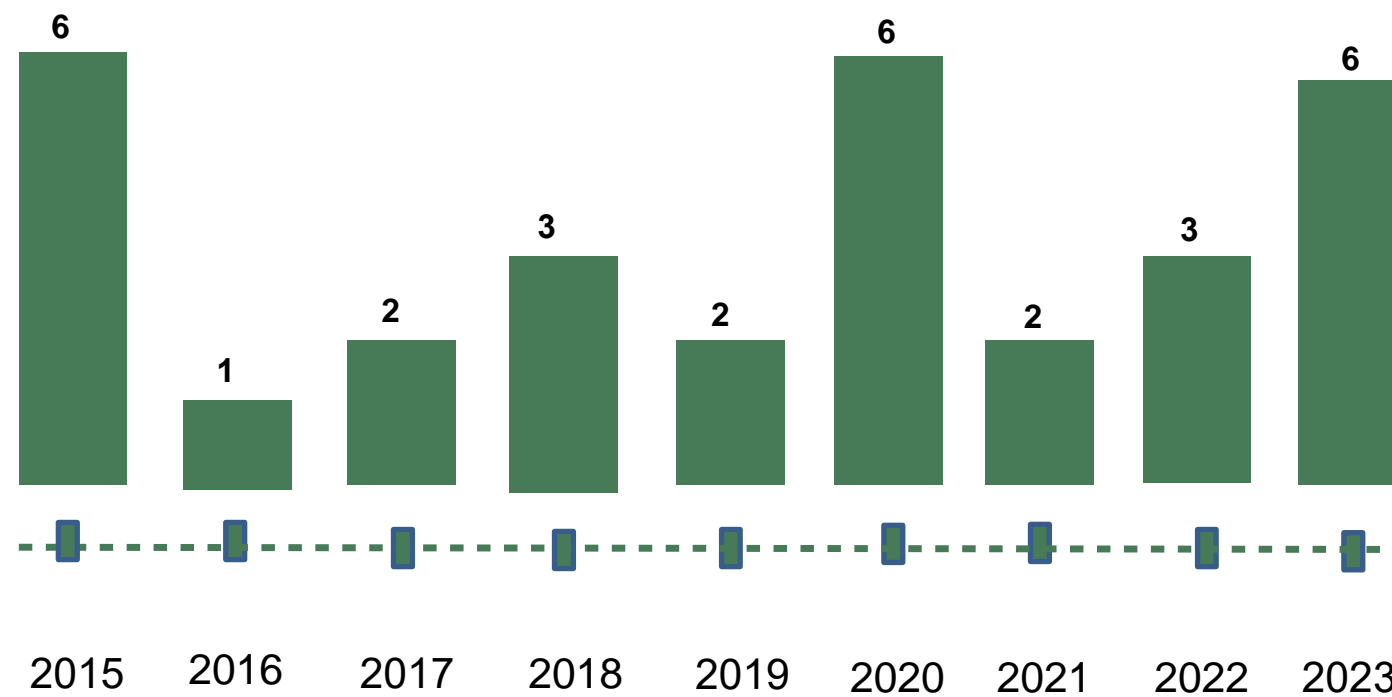


Ações de capacitação em sustentabilidade

Meta
2021 -2026

Alcançar, no mínimo, 3 ações de formação e aperfeiçoamento, nas modalidades presencial e a distância, em que sejam abordados temas relativos à educação socioambiental.

Meta 2023: Realizar 3 ações.



4.17 CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



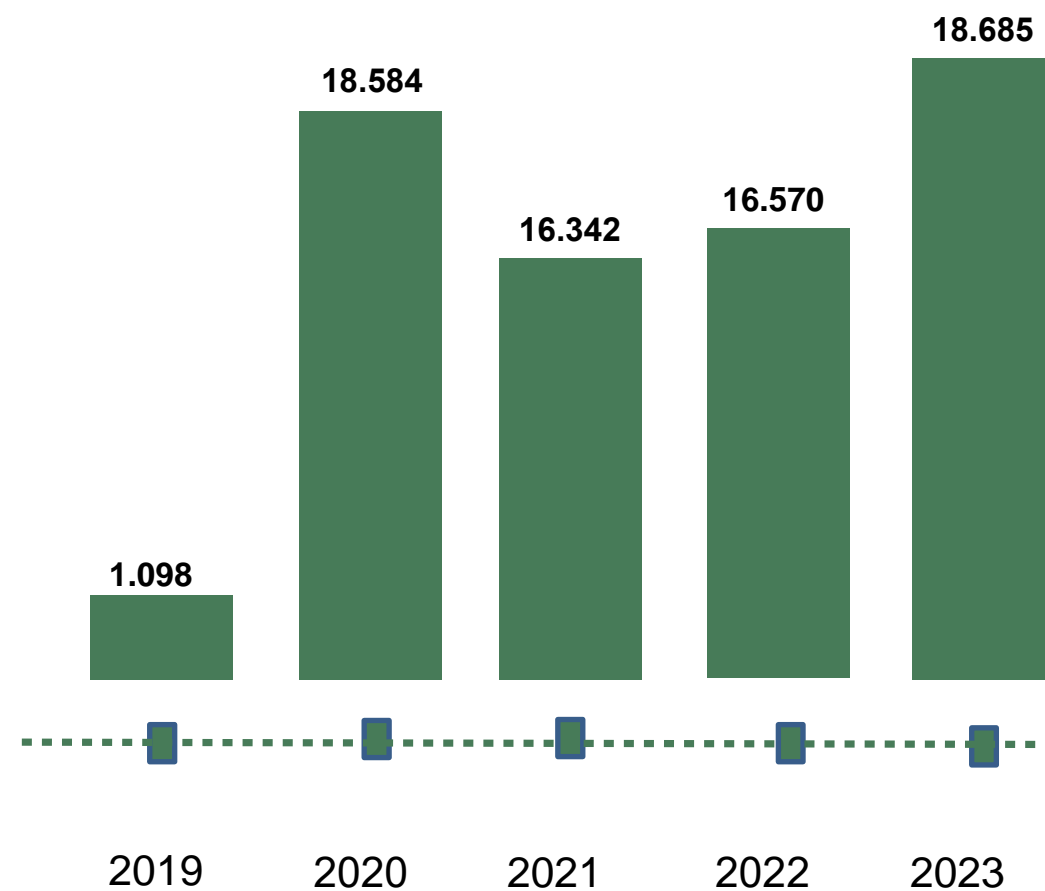
Participação em ações de capacitação em sustentabilidade

Meta

2021 -2026

Manter o número de participantes em ações de formação e aperfeiçoamento, nas modalidades presencial e a distância, em que sejam abordados temas relativos à educação

Meta 2023: Manter o número de participantes.



4.17 CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



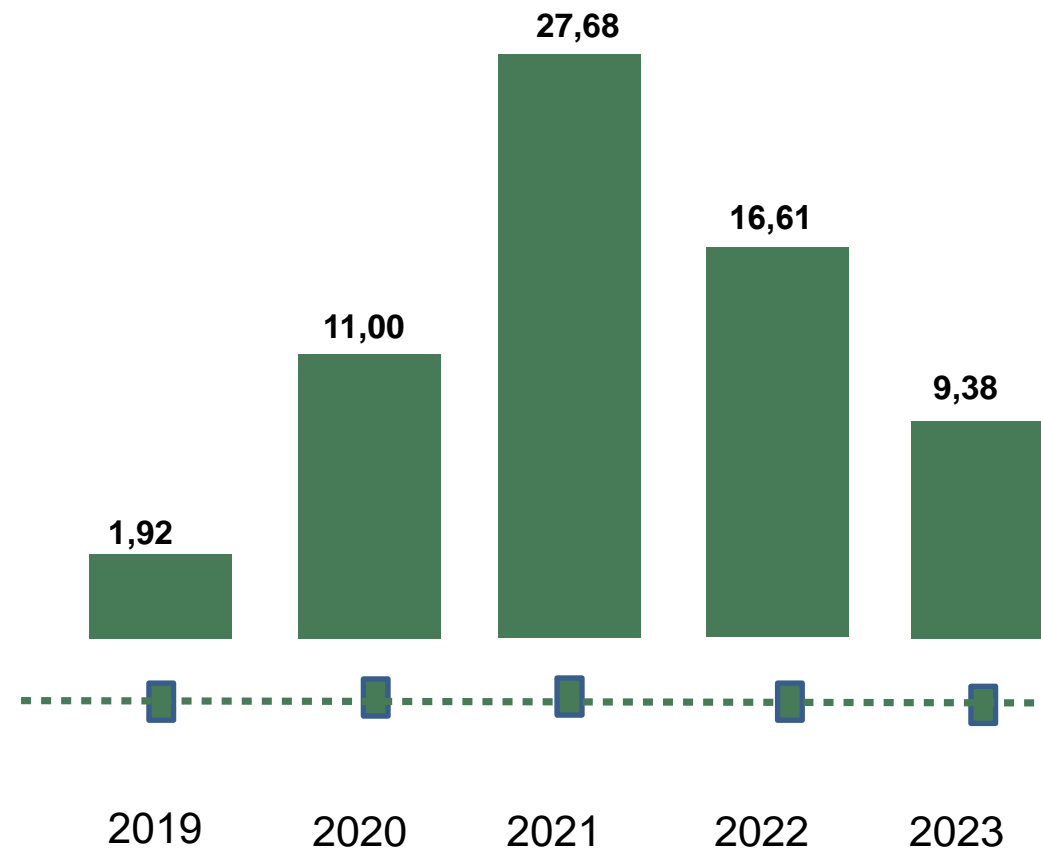
Percentual de participantes em ações de capacitação em sustentabilidade

Meta

2021 -2026

Manter a participação relativa em ações de formação e aperfeiçoamento, nas modalidades presencial e a distância, em que sejam abordados temas relativos à educação socioambiental

Meta 2023: Manter a participação relativa em formação e aperfeiçoamento.



4.17 CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



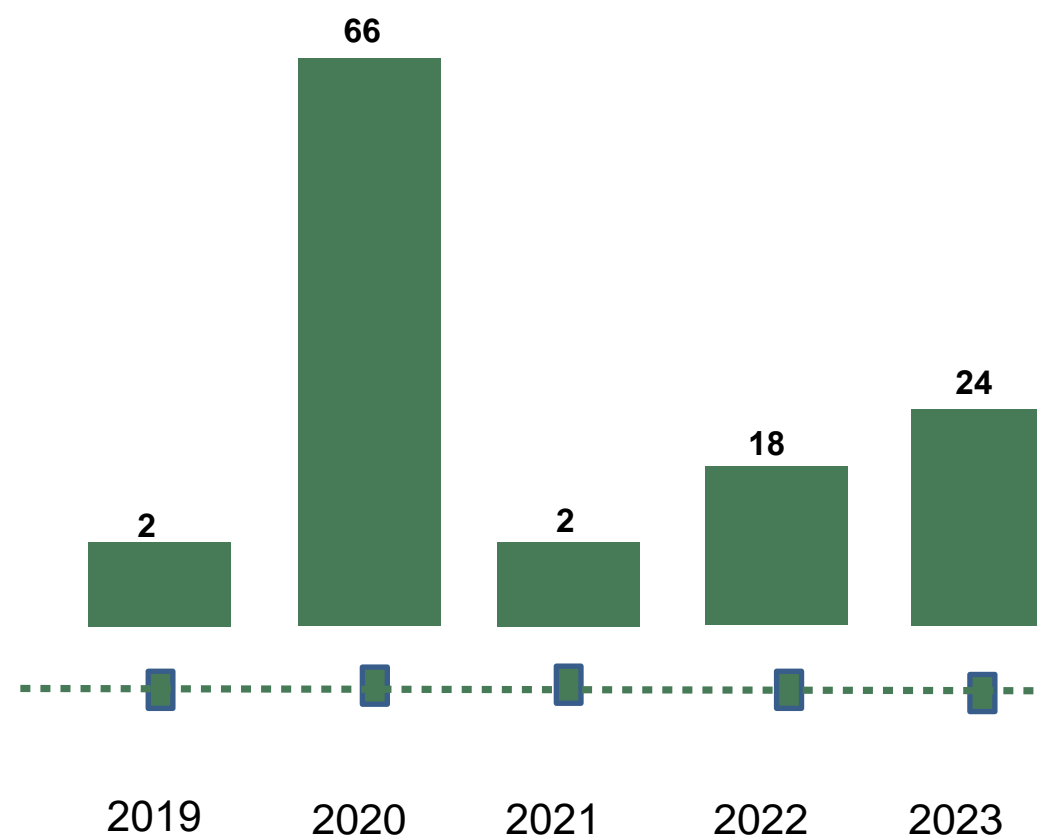
Ações de sensibilização em sustentabilidade

Meta

2021 -2026

Alcançar, no mínimo, 1 ação de sensibilização, nas modalidades presencial ou a distância, em que sejam abordados temas relativos à educação socioambiental.

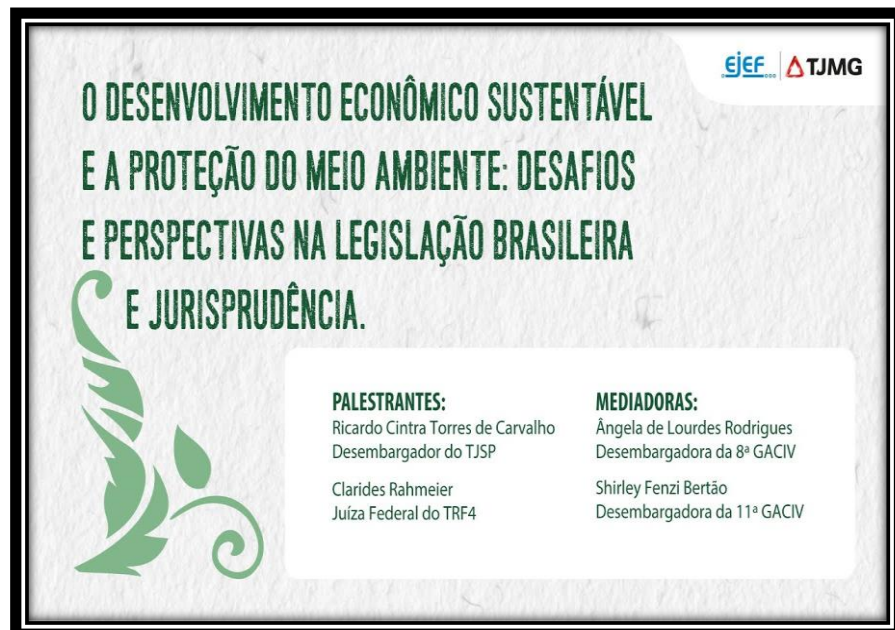
Meta 2023: Realizar 1 ação de sensibilização.



4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



Curso: “Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, com o intuito de que ao final da ação o participante fosse capaz de reconhecer o plano de ação global para a construção de um desenvolvimento sustentável. Foram ofertadas 2 turmas, 1 em casa semestre.



Curso: “O Desenvolvimento Econômico Sustentável e a Proteção do Meio Ambiente: desafios e perspectivas na legislação brasileira e jurisprudência.” A proposta da ação educacional era que ao final, o participante fosse capaz de reconhecer os mais recentes posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários a respeito de desenvolvimento econômico sustentável e proteção do meio ambiente, bem como suas implicações na atividade fim (jurisdicional) e no desenvolvimento de atividades meio. A capacitação ocorreu em formato presencial, com transmissão ao vivo pelo Youtube da EJEF.

4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



Curso: “USE – Uso Seguro e Eficiente da Energia”. Forma ofertadas 2 turmas, nas quais esperava-se que ao final da capacitação, o participante fosse capaz de identificar os cuidados necessários para conviver com as redes de energia, evitando acidentes e salvando vidas, disseminando informações sobre o uso de energia de forma a impulsionar a cultura da segurança e torna-la um valor para todos.



Curso: “Introdução à Gestão Socioambiental: gestão consciente, administração eficiente”. A final da curso, espera-se que o participante seja capaz de desenvolver competências que lhe permitam atuar como agente transformador ou gestor da responsabilidade socioambiental no âmbito do TJMG.

4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

No mês de junho, e complementando as ações do mês do meio ambiente, em parceria com Escola Judicial foi realizado o Encontro de Sustentabilidade, com o objetivo de engajar a comunidade TJMG e parceiros em nossos compromissos ambientais, além de apresentar as metas de sustentabilidade instituídas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e impulsionar a implementação de ações de sustentabilidade, a partir da troca de experiência entre os órgãos. Esse encontro foi destinado a magistrados e servidores do TJMG, membros do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Tribunal de Contas de Minas Gerais; representantes, dos órgãos que fazem parte da Rede Sustenta Minas; parlamentares da Assembleia Legislativa mineira; representantes da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de Minas Gerais, bem como servidores desses órgãos e dos demais Poderes, no qual teve adesão de 120 inscritos e contou com as palestras:

- Sustentabilidade nos órgãos públicos - proferida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável MG, Marília Carvalho de Melo;
- Contratações Sustentáveis - proferida pela Professora e Servidora Tatiana Camarão;
- Agenda 2030 no Judiciário: da teoria à prática – proferida pela Coordenadora de Estratégia e Sustentabilidade do TJDFT, Adriana Tostes e pela Assessora-chefe de Gestão Sustentáveis do STJ, Ketlin Feitosa.

4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

A superintendente de Logística e Sustentabilidade do TJMG, desembargadora Mônica Libânio Rocha Bretas, ressaltou a importância da abordagem do tema, lembrando o cumprimento da Resolução 400 do CNJ, que trata da sustentabilidade no Poder Judiciário, e da relevância da Agenda 2030, que trata de objetivos de desenvolvimento sustentável. A magistrada também destacou o foco em troca de experiências, avaliando a *“necessidade de levar a sério a sustentabilidade de aplicar o que deve ser aplicado”*.

O superintendente adjunto de Logística e Sustentabilidade da Corte mineira, desembargador Wanderley Salgado de Paiva, considerou o tema atual e urgente. *“A sociedade está a exigir esse comportamento nosso e o Tribunal está na vanguarda com seus empreendimentos e suas ideias inovadoras para que possamos preservar o nosso meio ambiente. Vamos aprimorando cada dia mais para que o meio ambiente agradeça”*, afirmou.



4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

A secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais, Marília Carvalho de Melo, ministrou a palestra de abertura do encontro com o tema “Sustentabilidade nos órgãos públicos”. Ela apresentou projetos e ações ambientais realizados no Estado, como o Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema), o plano de ação climática e o programa Monitor de Seca.



A chefe da pasta apresentou ainda o AmbientAÇÃO, um programa de educação e gestão ambiental do Executivo estadual, e ressaltou que várias atividades feitas pelo governo têm relações próximas com o Judiciário estadual. *“O tema, de fato, está cada dia mais nas nossas agendas. Seja enquanto cidadão, seja nas nossas funções públicas. Importante interagir e trazer experiências para que possamos trabalhar juntos”.*

4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Agenda 2030

A segunda palestra do encontro teve como tema “Agenda 2030 no Judiciário: da teoria à prática”, apresentada pela assessora-chefe de Gestão Socioambiental do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a servidora pública federal Ketlin Feitosa Scartezini.

Ela tratou das dimensões da sustentabilidade, assim como os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, avaliando, em especial, os pontos 12 e 16. Eles abordam, respectivamente, o consumo e produção responsáveis e a paz, Justiça e instituições eficazes.



4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

“A sustentabilidade não tem apenas três pernas, tem muito mais. E a sustentabilidade só se faz em rede, não se faz sozinho”, disse Ketlin Feitosa ao citar a presença de diversos órgãos do Estado durante o evento.

A palestrante também abordou os desafios a serem superados, como resistência cultural, dificuldade no planejamento, gestão do conhecimento e apoio da alta administração, sem deixar de lado a necessidade da valorização de metas e objetivos, assim como a monitorização de resultados e avaliação da efetividade de ações.



4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

O período da tarde foi aberto com a palestra “Agenda 2030 no Judiciário: da Teoria à Prática – parte 2”, ministrada pela coordenadora de Estratégia e Sustentabilidade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Adriana Tostes. Ela agradeceu o convite do TJMG para que pudesse apresentar novidades praticadas pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), relativas à governança de contratações que envolvem a sustentabilidade, prevista na nova lei de licitações.

“A sustentabilidade é baseada nos pilares da utilização dos recursos públicos de forma responsável, viável, com menor impacto ambiental e com maior inclusão social, questões tratadas pela nova Lei de Licitações e pelos normativos do Conselho Nacional de Justiça”, afirmou a palestrante.

Adriana Tostes garantiu que o TJMG está muito apto a trilhar pelo caminho da sustentabilidade, em razão das políticas de integridade e modelagem de governança, que possibilitam a aplicação de tais práticas. *“Cito que o Tribunal de Minas, por exemplo, já desenvolveu um catálogo de contratações onde se observa critérios sustentáveis”, disse.*

4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE



A última palestra do Encontro de Sustentabilidade foi ministrada pela assessora Técnica Especializada da Presidência do TJMG, Tatiana Camarão, que falou sobre o tema “Contratações Sustentáveis”. Ela comparou a antiga Lei de Licitações (8.666) com a nova Lei de Licitações (14.133), que traz várias inovações na questão da sustentabilidade, implementando novos conceitos de compras públicas entre os gestores.

Para ela, ao falar de sustentabilidade, a sociedade aborda a dimensão econômica, ambiental, social, cultural e as políticas de inovações das instituições. *“Para que tenhamos avanços temos que pensar nas gerações futuras e como elas vão tratar do tema sustentabilidade. A nova Lei de Licitações traz estas preocupações, o que não ocorria anteriormente, fazendo com que muitas instituições comprassem de forma equivocada, sem uma real necessidade”*, acrescentou.

4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Tatiana Camarão disse ainda que um ponto a se destacar na nova lei são as compras compartilhadas por diferentes instituições, que podem trazer maior economia e sustentabilidade. *“Se duas instituições se unem para realizar uma única compra, podemos gerar, além da economia financeira, maior padronização de operações e melhorias nas relações interinstitucionais”*, afirmou.

A assessora Técnica Especializada da Presidência do TJMG destacou que a iniciativa do Tribunal em promover o Encontro de Sustentabilidade contribui para a mudança de cultura entre os gestores de compras. *“De nada adianta divulgar uma nova medida a ser obedecida sem antes internalizar esta cultura na instituição”*, finalizou.

No encerramento do Encontro de Sustentabilidade, o presidente José Arthur Filho falou também sobre a urgência de se repensar a ideia de progresso e os modos de vida, abraçando conceitos como o proposto pelo economista francês Ignacy Sachs. *“O autor propõe o termo desenvolvimento sustentável, o qual relaciona a sustentabilidade a uma prática interdisciplinar, que envolve cinco dimensões: a social, a ambiental, a territorial, a econômica e a política”*, afirmou.

4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

“No Poder Judiciário mineiro, adotamos o conceito de desenvolvimento sustentável. Assim, por meio do nosso Núcleo Socioambiental, temos criado e ampliado ações efetivas que visam a reduzir o impacto das nossas atividades no meio ambiente. Temos buscado também nos tornar mais inclusivos e socialmente responsáveis; temos atuado, ainda, para oferecer mais qualidade de vida para nossos públicos internos, empenhando-nos em conscientizá-los sobre o tema”, ressaltou.



Para o presidente José Arthur Filho, o Encontro de Sustentabilidade é mais uma contribuição do Tribunal de Justiça de Minas Gerais ao enfrentamento de uma questão global, que, para ser encarada, requer atuações localizadas.

4.17 – CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO

Além do encontro de Sustentabilidade, outras ações de sensibilização foram realizadas. Entre elas podemos destacar:

- Campanha Dia Mundial da Reciclagem;
- Campanha Dia da Saúde;
- Campanha de Economia de Energia;
- Campanha do Mês do Meio Ambiente;
- Campanha de Redução de Material de Consumo
- Campanha de Divulgação da Portaria de Impressoras
- Campanha de Divulgação do Guia de Contratações Sustentáveis - TJMG



5 – MENSAGEM FINAL

“Se soubesse que o mundo acabaria amanhã, eu ainda hoje plantaria uma árvore.”

Martin Luther King Jr.

